

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2021 a 30/06/2021

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/39

13.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	19:08
Publ.: DCN - 02/06/2021	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Realização de grandes manifestações no País contra o Presidente Jair Bolsonaro. Alcance da marca de 460 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Repúdio à proposta governamental de reforma administrativa e à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Acatamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do pedido do Ministério Público para abertura de processo criminal contra o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Contrariedade à realização da Copa América no Brasil, em face da grave crise sanitária decorrente da Covid-19. Necessidade de vacinação em massa do povo brasileiro e de retomada do auxílio emergencial. Caráter vexaminoso do depoimento prestado pela médica bolsonarista Nise Yamaguchi à CPI da Covid, no Senado Federal.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu queria comentar o que foram as gigantes manifestações de sábado, como a de São Paulo, que ocupou 10 quarteirões da Avenida Paulista.

Foi tão forte o impacto, que os bolsonaristas produtores de *fake news* passaram a colocar fotografias de 2016, dizendo que aquela manifestação era de 2016, do tempo do *impeachment* da Presidente Dilma. Só se esqueceram de mostrar que lá estava o boneco do genocida em frente ao MASP, em São Paulo, e imensas faixas com o "*Fora, Bolsonaro*".

Nós estamos numa pandemia com mais de 460 mil mortos, com uma média diária ainda de 1.800 óbitos no nosso País, uma das mais altas do mundo. Só está atrás da Índia, no momento.

E o Governo continua com seu processo de destruição, de retirada de direitos, por meio da reforma administrativa, de alienação do patrimônio

público, com a privatização da ELETROBRAS - agora, querem privatizar os Correios -, de destruição da nossa biodiversidade.

Há criminosos nos Ministérios. Está aí o Salles, que está desaparecido. A Polícia Federal já está no encalço dele. O Ministério Público aceitou abrir processo contra ele no Supremo Tribunal Federal - parabéns ao Ministro Alexandre de Moraes! -, e Salles vai acabar preso por corrupção, ou seja, há corrupção no Governo Bolsonaro. São mais de 14 milhões de reais não explicados de patrimônio.

Mais do que isso, eu posso dizer que aquilo na rua significou o seguinte. Todo o mundo sabe qual é a política da Oposição. Quem tem consciência neste País tem receio desse vírus, que é perigoso. Mas há um vírus mais perigoso, que se chama Bolsonaro, o destruidor. É por isso que se foi para a rua com todos os protocolos, máscaras, distanciamento, álcool gel.

Sem dúvida, a indignação brotou em todo o País. Nós estamos aqui para cumprimentar todos aqueles que foram às ruas para dizer "*Impeachment já de Bolsonaro!*" Não dá para continuar com isso.

Qual foi a resposta dele? Que havia pouca gente nas manifestações, porque faltou erva. É, é isso mesmo.

Na verdade, generais já deveriam ter dito para o Presidente e para Pazuello, que já deveria ter sido punido há muito tempo, que é através deles que determinada linha fascista se traduz, como na lógica da PM de Pernambuco, que precisa execrar publicamente o comandante daquela operação, e na de Parlamentares que agrediram uma Vereadora com gases. Essas pessoas são o guarda da esquina do AI-5 de 1969. Elas se empoderaram.

Ontem, um PM foi prender um dirigente do PT que tinha colocado uma faixa de "*Fora, Bolsonaro*" ou "*Bolsonaro genocida*". Ele achou que tinha autoridade para isso. Até a Polícia Federal e o Delegado da Polícia Civil debocharam dele e não fizeram o BO. Bolsonaro e bolsonarismo são isso.

Agora o que ele faz? Ele quer trazer para o Brasil a Copa América. Não vai haver Copa. Nós estamos no meio de uma megapandemia. Nós precisamos de vacina no braço, comida no prato, auxílio emergencial, respostas para o crescimento econômico, combate à doença.

Por fim, vimos hoje a vergonha que foi a bolsonarista Nise Yamaguchi na CPI: um desastre completo. São uma vergonha para a medicina esses curandeiros bolsonaristas que ainda defendem a cloroquina.

Fora, Bolsonaro!

Impeachment já!

Documento 2/39

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	14:20
Publ.: DCN - 02/06/2021	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Fatores determinantes da realização no País de manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente. O que me motiva a falar hoje é o que quis dizer a mobilização nas ruas do último dia 29, último sábado. Nós do PSOL entendemos que ela foi um ponto de inflexão nesta conjuntura tão trágica, Sr. Presidente. Foram centenas de milhares de pessoas, não só nas capitais. Este Brasil de proporções continentais deu um recado de que Bolsonaro precisa ser interrompido, de que esta política de morte, esta necropolítica, encampada pelo Governo Bolsonaro e seus ministros, precisa ser interrompida.

Aliás, diferentemente do que os setores que compõem este Governo e seus apoiadores fazem quando vão às ruas, as manifestações pela democracia popular, real, radical, ocorrida no sábado, mostraram que é possível se organizar para enfrentar este cenário com máscara, com álcool em gel, sem ser negacionista. Se o povo demorou, mas precisou ir às ruas no meio da maior crise sanitária que já experimentamos enquanto gerações vivas, foi porque Bolsonaro tem se mostrado mais letal do que o vírus. As quase 500 mil famílias que veem chegar o luto dentro das suas casas poderiam não vivenciá-lo, se não fosse a maneira cruel como o vírus tem sido enfrentado no Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este Congresso precisa ouvir o povo. As últimas pesquisas mostram que apenas 24% da população apoia o Presidente Jair Bolsonaro e ao menos 45% do povo brasileiro, quase metade da população brasileira, rejeita a necropolítica encampada pelo Presidente da República.

E o que é ouvir o povo? O que este povo está rejeitando? Este



Congresso, senhores e senhoras, que é a Casa do Povo, precisa escutar o povo. Quando o povo rejeita Bolsonaro, o povo rejeita um cenário em que o bujão de gás custa 100 reais, um cenário em que houve o maior aumento de itens alimentícios do último período. Não dá para aceitar que uma chefe de família escolha se vai comprar o óleo para cozinhar ou se vai comprar o arroz, o feijão, a fralda para o seu filho - aliás, metade dos pobres no Brasil são mulheres pobres, mulheres chefes de família, sozinhas. Que bom que hoje, nesta sessão do Congresso, já haja um acordo, depois de muita luta, para derrubar o veto do Presidente à concessão de um auxílio duplo às famílias monoparentais. Estamos falando dessa mulher negra, periférica, chefe de família, que está tendo de escolher entre o óleo e o feijão, Sr. Presidente.

Escutar o povo é escutar a insatisfação popular frente a uma lenta vacinação. Se não tivéssemos um Presidente que ignorou, lá atrás, a compra da vacina para o povo brasileiro, e que chamou a crise sanitária de gripezinha, não teríamos tantas variantes do vírus no Brasil. E não teríamos uma letalidade no Brasil que nos envergonha frente ao mundo, mas, mais do que isso, leva dor para as famílias que perdem filhos, maridos, avós, irmãos.

Sr. Presidente, o povo está dizendo que a lógica de cortar investimento, seja desmontando os serviços públicos com a PEC 32/20, seja cortando mesmo o investimento, como ocorreu com o vergonhoso Orçamento aprovado nesta Casa... Agora, corrigem-no muito insuficientemente, repondo alguns recursos para áreas estratégicas. Estamos falando de previdência, de seguro-desemprego, de BPC. O povo diz que quer orçamento para áreas que são fundamentais para tirá-lo da pobreza.

Isso tem sido feito, aliás, no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, país que Bolsonaro diz ser exemplo, que para mim não é exemplo nenhum, mas para Bolsonaro era, foram 2 trilhões em investimento público para enfrentar a crise.

É preciso uma guinada. Este Congresso tem responsabilidade frente à atual conjuntura. Derrubar Bolsonaro, fazer o *impeachment* de Bolsonaro, responsabilizá-lo sobre os diferentes crimes de responsabilidade que ele cometeu é ajudar o povo a sair da fome e da morte e a enfrentar o vírus.

Obrigada, Presidente.

Publ.: DCD - 03/06/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Anúncio de realização, pela Frente Brasil Popular em conjunto com a Frente Povo sem Medo e outros, de grande manifestação no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Desestruturação de programas e políticas do setor agrícola pelo Governo Federal. Contrariedade à privatização de empresas estatais. Apoio do Presidente da República à escolha do Brasil para sede da Copa América, não obstante à grave crise sanitária provocada pela Covid-19. Repúdio à gestão do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Eu trago uma boa notícia, porque o que eu ouvi dos nossos colegas Deputados aqui, com toda a razão, foi reclamação deste Governo genocida. A boa notícia que eu trago é que, em 19 de junho, os movimentos sociais, os partidos de esquerda, a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, os democratas do Brasil estarão nas ruas novamente.

Levem máscaras. Levem álcool em gel. Vamos nos proteger contra o vírus para derrubar o verme, o verme do genocídio, o genocida, para derrubar o ovo da serpente do fascismo que está se instalando no Brasil!

Há só problemas neste Governo. Um Deputado citou agora a agricultura familiar, que está sendo desmanchada por este Governo. O Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Luz pra Todos, programas de moradia popular nas áreas rurais, tudo isso vai se acabando, liquidando-se. Por isso, os agricultores familiares terão que estar nas ruas em 19 de junho.

Mais do que isso, este é o Governo que, em vez de defender a soberania do nosso povo, a soberania alimentar, a soberania nacional, faz privatária. Estou vendo aqui a Deputada Erika Kokay, que está sempre combatendo a privatização da ELETROBRAS. Nós aqui em Minas estamos sofrendo com a privatização de Furnas. E vemos a privatária da PETROBRAS, a privatária da CEASA, a privatária em geral. Paulo Guedes está vendendo tudo, entregando tudo no Brasil.

Além disso, em vez de ser o Governo da saúde e do SUS, é o Governo da pandemia, do genocídio. São quase 500 mil mortes, e ele vai falar

em trazer para cá a Copa América, para contaminar mais gente, para apressar a terceira onda. Este Governo não pode se sustentar, tem que sair! É um Governo em que os universitários não sabem se terão mais universidades, porque não há recursos. Por isso, tantos jovens foram às ruas no dia 29 de maio.

Agora será o 19 de junho, em favor da educação pública brasileira, para manter a nossa Constituição como uma Constituição Cidadã, que obriga o Estado a prestar serviços públicos de educação, saúde, assistência social. É hora de ir às ruas contra essa economia de recessão, contra a economia do picareta do Paulo Guedes, que veio à Câmara ontem, mas, na verdade, não disse nada de bom. Veio só para respaldar orçamentos paralelos, para manter uma base do Governo, para fazer privatizações, para defender a PEC 32, a da reforma administrativa.

Todos às ruas em 19 de junho! Guardem a data!

Fora, Bolsonaro!

Documento 4/39

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	20:36
Publ.: DCD - 03/06/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Mista, à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL orienta "sim", da mesma maneira, com o voto crítico, tal como muito bem explicado pela

Deputada Lídice da Mata.

Achamos que a única coisa que nos cabe é fazer uma redução de danos, infelizmente - não é, Deputada Lídice da Mata -, sabendo que não temos outra possibilidade diante dessa política lamentável do Governo, ainda mais neste momento histórico que estamos vivendo, quando temos 460 mil vidas perdidas para a COVID.

Obviamente, matérias como essa, que têm mérito profundo e situação extremamente complexa, ensejariam uma discussão muito profunda da Câmara dos Deputados. Mas o que estamos vendo não é isso; estamos vendo, a toque de caixa, a privatização da ELETROBRAS e a tramitação da PEC 32, que é muito ruim, pois é a reforma trabalhista no serviço público. Esperamos que essa reforma antipovo seja barrada, mas será barrada nas ruas, sem sombra de dúvida. Estamos apostando no dia 19 de junho.

Documento 5/39

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-15:00
Publ.: DCD - 09/06/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a angústia do povo brasileiro diante da epidemia de coronavírus. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Repúdio ao Projeto de Lei nº 510, de 2021, a respeito da regularização fundiária, por alienação ou concessão de direito real de uso, das ocupações de áreas de domínio da União.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares, aqueles que nos acompanham nesta sessão de pronunciamentos, gostaria de dizer que nós ainda estamos em plena pandemia. Gostaríamos de tê-la superado, mas ainda não a superamos. Ainda faltam muitas vacinas para cumprirmos a meta de vacinação da população que está no Plano Nacional de Imunização. As nossas famílias estão em sofrimento, há muitas perdas. Quem aqui não perdeu um parente, um amigo? Quem não conhece alguma pessoa que já foi sepultada em função da pandemia? Além do mais, faltam alimentos nas mesas, falta emprego, falta renda. Mas o Governo faz de tudo para que a angústia da população aumente a cada dia. Ele virou as costas para o povo.

O Governo apresentou, de uma vez só, e apoia uma reforma administrativa. Quem conhece funcionários públicos compromissados e competentes sabe que a grande maioria deles estão em sofrimento, com doenças emocionais, dado o distanciamento do Governo daqueles que servem a população, que entregam o serviço lá na ponta. Essas pessoas estão em desequilíbrio observando o que o Governo quer fazer com cada um e cada uma e com suas famílias, observando o atentado contra as histórias de vida e contra as carreiras que se comete por meio desta reforma administrativa colocada.

O Governo também quer que as pessoas do campo fiquem em desespero. Aqueles que poderiam ter acesso a um pedaço de terra para plantar, colher, vender, criar suas famílias estão vendo o Projeto de Lei nº 510, de 2021, que é o PL da grilagem, entregar terras públicas a quem grilou. Querem entregar grandes quantidades de terra a uma só pessoa, conforme o modelo capitânicas hereditárias, que o Brasil não consegue superar.

Depois há os povos indígenas, os guardiões deste País, das florestas, das águas, de todos os biomas. O PL 490 está aí querendo colocar em terras demarcadas empreendimentos, como hidrelétricas, estradas, mineração, produção em larga escala, arrendamento de terras, tirando o direito dos povos indígenas.

Então, Sr. Presidente, o Governo e parte desta Casa, do Parlamento brasileiro, querem que, em plena pandemia, as pessoas vivam consumidas pela angústia, pelo adoecimento emocional.

No momento de fazermos projetos de reforma agrária, de fazermos cooperativas, de darmos condições à população de ter renda, querem entregar terra pública a quem não tem direito a ela. É assim que este Governo trabalha, de costas para o povo e com os olhos focados nos milionários deste País.

Muito obrigada.

Documento 6/39

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-15:44
Publ.: DCD - 09/06/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

Encaminhamento à Presidência de abaixo-assinado contra a aprovação da propositura.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma boa tarde a V.Exa.

Nobres Deputadas e Deputados, Sr. Presidente Bismarck, eu venho hoje solicitar a V.Exa. - e já fiz este pedido também ao nosso Presidente Arthur Lira - que possamos ter muito cuidado na votação desta Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. Por mim, não a votariamos, principalmente durante esta pandemia.

É uma reforma administrativa muito perigosa. Mexe com a essência da Constituição, no que diz respeito à prestação do serviço. Do jeito que está, essa reforma administrativa, se for aprovada - e espero que não seja -, privatiza o serviço público. Isso não é exagero.

Se nós lermos o art. 37-A, que está nesta proposta de emenda constitucional, veremos que está dito que serão feitos convênios de cooperação com a iniciativa privada, inclusive com aquelas com fins lucrativos. Portanto, o dinheiro público iria para essas empresas, que fariam a prestação de serviço, em vez dos Estados, dos Municípios e da União. Isto se chama privatização.

Agora, imaginem a privatização na saúde, na educação pública brasileira, na assistência social! Imagem se isso acontecesse hoje com o País em pandemia e nós tivéssemos, em vez do SUS, um sistema privatizado de saúde no País! Ele não seria para todos.

Esta PEC mexe com os atuais servidores, com certeza. Ela termina com a estabilidade do futuro, mas o atual servidor poderá ser mandado embora, porque a avaliação de desempenho, do jeito que está lá, será para demissão em massa.

Os servidores públicos do Brasil inteiro estão assustados. Basta fazer uma reunião com os servidores públicos municipais. Olhem nos Municípios, onde os Deputados são votados.

Então, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que nós pudéssemos receber amanhã pela Mesa Diretora, pelo Presidente Arthur Lira, uma comissão de representantes de entidades que querem entregar um abaixo-assinado pedindo que essa emenda constitucional não seja votada de afogadilho e que seja, inclusive, suspenso o trâmite dela enquanto estamos na pandemia. Nós já estamos com mais de 115 mil assinaturas de servidores públicos e entidades representativas desses setores no País inteiro.

O desespero é grande. As pessoas sabem que, no futuro, o serviço público estará sucateado, com uma emenda constitucional como essa. Fazer com que o vínculo orçamentário se mantenha obrigatoriamente, anualmente, foi o que salvou a educação e a saúde pública no Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, rapidamente solicito essa reunião, para que as entidades possam estar com a Mesa Diretora e possam fazer a entrega desse abaixo-assinado e de um manifesto das entidades.

Que nós tenhamos condições de fazer um debate, com muita paciência, na Comissão Especial que será formada, para não atropelar essas pessoas que querem o bem do nosso País e que, na sua maioria, trabalham na educação, na saúde e na segurança pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 7/39

60.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -08/06/2021-
CD 17:48

Publ.: DCD - 09/06/2021 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta da Presidenta da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, Juíza Renata Gil de Alcantara Videira, de ampliação do período de férias da classe para 60 dias anuais. Recebimento, pelos magistrados brasileiros, de vencimentos acima do teto salarial do funcionalismo. Pedido aos Parlamentares de assinatura de emendas apresentadas pelo orador à Proposta de Emenda a Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, subo a esta tribuna hoje para falar sobre um artigo publicado na *Folha de S.Paulo* pela Presidenta da Associação dos Magistrados Brasileiros em defesa do direito de juízes e procuradores terem férias de 60 dias por ano.

É exatamente isso que os colegas escutaram. Argumenta a doutora, colegas, que a redução de férias da magistratura e de membros do Ministério Público inscreve-se no rol de proposições em curso com o objetivo de comprometer a efetividade do sistema de justiça que, nos últimos anos, investigou, condenou e prendeu figuras que sempre transitaram ao largo dos tribunais, ou seja, este Parlamento quer acabar com férias de 60 dias de juízes e promotores porque é contra o

combate à corrupção. É essa a insinuação que faz a juíza representante da associação de magistrados.

Ela ainda diz que essas investidas pretendem, em um esforço coordenado, golpear o arcabouço jurídico institucional que levou ao desmonte de esquemas de corrupção e que o fim dessa prerrogativa, que na verdade é um privilégio, levaria a uma diáspora do Poder Judiciário e do Ministério Público, ou seja, nós só temos juiz e só temos promotor porque eles prestaram concurso para ter férias de 60 dias, não para exercer a atividade jurisdicional, não para denunciar, não para investigar, mas porque têm férias de 60 dias. Esta é a justificativa da Presidente da associação de magistrados.

Ela ainda diz que a consequência irreversível seria um Judiciário congestionado e lento na pacificação dos conflitos. Mas que coincidência, é exatamente o que nós temos hoje: um Judiciário congestionado e lento na resolução dos conflitos, com férias de 60 dias. E quando este Parlamento ataca essas férias às quais trabalhador nenhum tem direito, só juízes e promotores, é porque o Parlamento quer acabar com investigação de combate à corrupção!

A doutora que me desculpe. Eu estive ao lado do Ministério Público e do Judiciário em praticamente todas as pautas de interesse dessas corporações: a Lei de Abuso de Autoridade, o Pacote Anticrime, em várias pautas. Agora, dizer que acabar com as férias de 60 dias, que é uma emenda de minha autoria que apresentei à reforma administrativa - inclusive peço apoio dos colegas, faltam apenas 30 assinaturas para chegarmos às 171 necessárias... A emenda de minha autoria acaba com as férias de 60 dias, e a juíza diz que sem férias de 60 dias não há Judiciário, que ninguém mais vai querer ser promotor, ninguém mais vai querer ser juiz.

Ignora a juíza que 65% dos magistrados recebem salário acima do teto de gastos, mais do que 40 mil reais, e que a média de salário de um advogado é de 3 mil ou 3.700 reais.

Vai sobrar gente para prestar concurso público caso os juízes desistam de ser juízes em razão do fim das férias de 60 dias. É um escárnio com a população, que, em um momento de crise, ainda é obrigada a financiar. Vamos nos lembrar de que, para além das férias de 60 dias, ainda há o recesso de final de ano, e a desculpa é de que eles ficam em plantão, como se algum advogado despachasse no recesso, como se o Judiciário funcionasse em sua plenitude no recesso. E o Parlamento é acusado de avançar contra o combate à corrupção quando lida com esse tipo de privilégio.

Um juiz do Tribunal de Justiça de Minas Gerais já chegou, em um único mês, a sacar 700 mil reais, a levar um contracheque de 700 mil reais

para casa. É esse tipo de privilégio que nós queremos atacar com as nossas emendas. Uma reportagem da *Folha de S.Paulo* ainda mostrou que mais de 8 mil - não é um, não são dois, não são cem, não são 200 -, mais 8 mil juízes recebem mais do que 100 mil reais por mês, mais do que o dobro do teto do funcionalismo público. E, mesmo com todas as mudanças recentes, o levantamento mostra que 65% dos juízes recebem acima do teto. Ou seja, o teto de 39 mil reais virou piso.

Tudo isso é financiado pela maioria esmagadora da população brasileira, que recebe até 400 reais, 500 reais por mês. E, quando nós queremos atacar esses privilégios na reforma administrativa, os juízes atacam essas emendas, atacam essas reformas dizendo que isso é uma sabotagem ao combate à corrupção. Isso é um escárnio com a população!

Foi feito um levantamento pelo Centro de Liderança Pública - CLP que mostra, Presidente, que a inclusão de todos os Poderes e dos militares na reforma administrativa resultaria em uma economia de 31 bilhões de reais, que é o equivalente ao Bolsa Família. Mais 15 bilhões de reais, mais metade de um Bolsa Família, só economizados em supersalários e privilégios pagos à elite do funcionalismo público.

O Estado brasileiro tem que deixar de ser uma máquina que saqueia o pobre para pagar à elite do funcionalismo público, principalmente federal. É esse tipo de privilégio, é esse tipo de escárnio com o dinheiro da população que nós queremos combater, e há corporações que resistem e ainda resistem com o discurso descarado de que estão defendendo o interesse público, de que é interesse do cidadão comum haver férias de 60 dias para juízes. Nenhum trabalhador tem esse direito! Nenhum trabalhador tem esse direito. Quando o sujeito tem carteira assinada, tem 30 dias, e a maior parte - mais da metade da população - não tem carteira assinada, é informal. E é esse informal que paga o salário do juiz no arroz, no feijão, que paga o salário do Deputado, que paga o salário do promotor, que paga o salário de quem quer que receba acima do teto constitucional de 39 mil reais.

Por isso, meus colegas, eu peço a assinatura, peço o apoio às emendas que apresentei à reforma administrativa.

Estou com completa disposição para tirar quaisquer dúvidas sobre sabotagem ao Judiciário ou ao Ministério Público que as emendas possam suscitar, porque, se vamos fazer uma reforma administrativa, precisamos mexer no topo, precisamos começar pelo topo da pirâmide, na elite. Se for para fazer uma reforma administrativa sem juiz, sem promotor, sem militar, é melhor não fazer reforma nenhuma! Vamos fazer uma reforma só para a base do Poder Executivo? Que façamos para todos os Poderes! Minhas emendas incluem todas as categorias na reforma administrativa, e eu conto com o apoio dos colegas para

levamos esse projeto em frente.

Obrigado, Presidente.

Documento 8/39

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-15:16
Publ.: DCD - 10/06/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Instalação pela Casa da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Apelo aos Parlamentares de suspensão do debate da propositura.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje se instala nesta Casa a Comissão Especial que vai tratar sobre a PEC 32, a chamada PEC da Reforma Administrativa, que na verdade não é uma reforma, é a destruição completa dos direitos dos servidores públicos e o desmantelamento dos serviços públicos no Brasil.

É muito grave aquilo que o Governo propõe, sobretudo neste momento de enfrentamento de uma pandemia, que tem causado mortes no Brasil inteiro. Caminhamos para meio milhão de mortes, e o Governo, em vez de concentrar toda a sua atenção e todo o seu trabalho para combater esta pandemia e os impactos que ela tem causado especialmente nas famílias e na população mais pobre do Brasil, em vez de fazer isso, o Governo traz para o Congresso Nacional uma pauta que acaba com a estabilidade do servidor público e destrói as carreiras do serviço público.

Esse não é um prejuízo apenas para os servidores, é um prejuízo para a sociedade brasileira. Nós já passamos por isso. Nós já assistimos a esse filme. Esse filme já é conhecido. Antes da Constituição de 1988, o que acontecia nos Municípios, nos Estados e na União? Havia o QI, o "quem indica". Assim se tinha acesso ao serviço público. Prefeito ganhava a eleição e, no dia seguinte, despachava os que não eram seus aliados e colocava na Prefeitura todos os seus aliados de campanha. É essa a realidade que nós queremos? O concurso público, segundo a proposta do Governo, vai virar processo seletivo simplificado. Isso é a precarização do serviço público.

O Governo Bolsonaro divulga mentiras quando diz que não vai atingir

os atuais servidores. É uma grande mentira o que o Governo diz, porque vai atingir em cheio os servidores, sobretudo no caso de vários direitos, como, por exemplo, o direito a progressão. Professores, professoras e servidores da Justiça não terão mais direito a progressão salarial. Vejam o que vai acontecer se for aprovada essa PEC.

O apelo que eu faço, Sr. Presidente, a V.Exa. e a todos que integram esta Casa é para suspendermos o debate sobre a PEC 32. Este não é momento de fazer isso. O momento é de enfrentar a pandemia. Essa é a nossa grande tarefa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 9/39

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-15:52
Publ.: DCD - 10/06/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ocorrência da terceira onda da Covid-19 em São Paulo, Estado de São Paulo. Colapso da rede hospitalar pública municipal provocado pela doença. Agravamento da fome e do desemprego na Capital paulista. Prioridade da Câmara dos Deputados na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, em detrimento da apreciação de matérias destinadas à mitigação do sofrimento do povo brasileiro diante da epidemia de coronavírus.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero usar este curto espaço de tempo dos Breves Comunicados para anunciar que o Secretário de Saúde da cidade de São Paulo, o Sr. Edson Aparecido, acabou de informar, através da mídia, que São Paulo está já na terceira onda de COVID-19. Já atingiu 31 mil e 200 mortes só na capital, e 1 milhão e 200 mil foram infectados na nossa cidade.

Na rede pública hospitalar do Município, cinco hospitais já atingiram 100% de ocupação dos seus leitos, sobretudo os leitos de UTI. É esse o quadro preocupante, cujo pico, segundo o Secretário, está previsto para meados do mês de junho.

Ao lado disso, Sr. Presidente, aumenta o desemprego, aumenta a fome, aumenta a carência do povo da capital, sobretudo da grande São Paulo, da periferia de São Paulo, e a população passa, de fato, muita

fome. E o que é grave é que esta Casa, que tem grande parte da responsabilidade de buscar soluções para atenuar o sofrimento, a dor, o luto e as mortes em nosso País, está ocupada. A Presidência da Câmara dos Deputados está ocupada com a reforma administrativa, e não faz sentido nos ocupar com isso num momento como este.

O que é prioritário é a vacinação, Sr. Presidente, o confronto, o combate, em todos os aspectos, da situação provocada pela pandemia, com essa quantidade enorme - quase 500 mil - de brasileiros mortos. Enquanto isso, a Câmara dos Deputados, alienada, indiferente, insensível, dá as costas à sociedade, não marca a sua presença no esforço que os trabalhadores da saúde e os trabalhadores da área social vêm empreendendo, no sentido de aliviar o sofrimento do nosso povo.

Esta Casa nega...

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. PSD - BA) - Conclua, Deputada. Abra o microfone, Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - *(Falha na transmissão)* foi eleito para estar junto com o povo, enfrentando o desemprego, enfrentando a fome, enfrentando a morte, mas, enquanto isso, ele faz a reforma administrativa contra o povo e contra as políticas públicas, que serão cortadas com essa reforma.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 10/39

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-16:12
Publ.: DCD - 10/06/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Encaminhamento, ao Presidente Arthur Lira, de abaixo-assinado contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Início dos trabalhos da Comissão Especial destinada ao exame da proposição.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Presidente Charles Fernandes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de dar ciência a V.Exas. de que hoje a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, da qual sou uma das Coordenadoras, uma



Frente já de 20 anos, criada pelo Senador Paulo Paim, cuja coordenação hoje é compartilhada com o Deputado Rogério Correia, juntamente com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, que é coordenada pelo Deputado Professor Israel Batista, entregaram ao Presidente Arthur Lira um abaixo-assinado com mais de 120 mil assinaturas de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020.

Observamos que essa proposta de emenda à Constituição é incompatível com esse momento de pandemia, em que perdemos quase 500 mil pessoas. Analisar o Estado é algo muito sério. É necessário fazer uma imersão na análise das carreiras, na característica do Estado, porque os Governos passam, mas o Estado fica - é o pilar da estrutura da União.

A proposta que o Governo encaminhou para esta Casa, a PEC 32, é muito ruim! Ela, primeiro, faz com que o servidor concursado vire um *trainee* por 3 anos. Aquele tempo não será contado, depois de um concurso difícil, para a aposentadoria. E também o Presidente da República passa a ter, segundo a proposta original, uma caneta imperial, com a qual poderá extinguir qualquer órgão público, qualquer autarquia. Imaginem isso com o Presidente que tem contradições terríveis com os órgãos ambientais! Esses não sobreviveriam! Já temos sinais de que isso não passará.

Há também prejuízos para os atuais servidores. Alguns próceres do Governo dizem que não existem prejuízos no texto, mas existem. Haverá estagnação das carreiras, fim da estabilidade.

A estabilidade, para o serviço público, senhores, não é um privilégio. O servidor público hoje pode ser demitido. Não é verdade que ele não possa ser demitido. Ele pode ser demitido depois de responder a um processo administrativo e pode perder a liberdade, porque as responsabilidades de Estado são diferenciadas em relação a qualquer outro contrato de trabalho. A exclusividade é exigida em muitas carreiras.

Então, esta é uma PEC fiscalista, porque passa inclusive a cobrar por serviços públicos, e punitiva em relação aos servidores de hoje e aos de amanhã.

O Presidente Arthur Lira recebeu o nosso abaixo-assinado e nos garantiu que nenhum direito adquirido será vilipendiado. E nós recebemos a sua palavra com a força que ele nos dá.

Nesse sentido, iniciamos hoje o trabalho na Comissão Especial e esperamos fazer diversas audiências públicas. Usaremos todo o tempo para melhorar ou, de preferência, derrotar essas intenções do Governo

Bolsonaro.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 11/39

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/06/2021- CD	18:32
Publ.: DCD - 10/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.540, de 2021, sobre a instituição da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, queremos orientar favoravelmente e justificar por que nós somos a favor. Todas as matérias que têm a ver, neste período de pandemia, com educação, com saúde, com temas vinculados às questões da pandemia, para melhorar a vida do povo - nós votamos ontem o Projeto Assis Carvalho, que vai garantir estímulo para o agricultor, para ele, inclusive, oferecer um alimento não tão caro ao consumidor -, nós achamos que devem ser votadas.

O que se deve votar aqui é a ampliação, para 600 reais, do valor da renda emergencial, que hoje é pífio. Só estender o pagamento por mais 2 meses, como o Paulo Guedes anunciou, não resolve. Tem que haver, durante todo o período da pandemia, os 600 reais. Esse projeto nós temos que votar, assim como este projeto da educação, assim como matérias relativas à saúde.

Não devemos, no entanto, votar reformas. A PEC 32, da reforma administrativa, não deve ser votada agora, tampouco as privatizações.

Então, a nossa linha é clara. Este projeto pode ser votado, porque tem a ver com a pandemia, com saúde, com educação, mas não os demais...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 12/39

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-09/06/2021- 18:36
Publ.: DCD - 10/06/2021 - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.540, de 2021, sobre a instituição da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, este é um PL que também teria tramitação conclusiva nas Comissões. Ele já está na Comissão de Educação. Uma vez aprovado por lá, ele seguiria para a CCJ.

Nós achamos, inclusive, que a estratégia dos autores do requerimento é incorreta. Não é possível conseguirmos ter mais profundidade no debate do PL, que é importante para os autores, trazendo-o diretamente para o plenário.

O Deputado Bohn Gass reclamou aqui de estarmos discutindo reformas. Mas a discussão da reforma administrativa passou pela CCJ e agora está se iniciando na Comissão Especial, o que vai permitir o correto debate a respeito da PEC.

Está se tentando aprovar aqui um requerimento de urgência para algo que não é urgente. É claro que é importante cuidar do bem-estar dos professores, mas não através de uma política nacional, de uma carta de boas intenções, que não faz uma mudança concreta na carreira docente, nas condições de sala de aula. Então, nós acreditamos que este PL tem que tramitar nas Comissões.

Por isso, somos contrários à urgência.

Documento 13/39

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-09/06/2021- 18:40
Publ.: DCD - 10/06/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Pedido à Casa de votação do Projeto de Lei nº 6.749, de 2016, a respeito da alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, Código Penal, para tipificação da forma mais gravosa dos crimes de lesão corporal, contra a honra, ameaça e desacato, cometidos contra médicos e demais profissionais da saúde no exercício da profissão. Apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária, destinada à revogação da exigência do Superior Tribunal de Justiça de aplicação do Código Florestal Brasileiro em áreas urbanas. Fortalecimento do Programa Bolsa Família. Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 1,2% no primeiro trimestre de 2021. Importância da aprovação pela Casa, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, de proposições encaminhadas pelo Governo Jair Bolsonaro. Instalação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Sinais promissores de recuperação da economia brasileira.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu desejo, neste espaço, falar a respeito de alguns assuntos. O primeiro deles é o Projeto de Lei nº 6.749, de 2016, que passou pela Comissão de Justiça e está pronto para ser votado em plenário. Esse projeto é de fundamental importância para a saúde do Brasil, para os profissionais de saúde do Brasil, porque ele tipifica de forma mais gravosa os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça ou de desacato cometidos contra médicos e demais profissionais de saúde. Todos nós sabemos que, neste momento de pandemia, esse tipo de agressão aos profissionais de saúde tem sido recorrente nos hospitais, nos postos de saúde do nosso País. Têm acontecido casos graves. Portanto, Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. que coloque em votação o PL 6.749/16, porque esse é um clamor dos enfermeiros, das enfermeiras, dos médicos, das médicas, dos profissionais de saúde do nosso País.

Também quero dizer, Sr. Presidente, Deputado Vermelho, que apresentei uma emenda ao projeto de regularização fundiária, cuja urgência já foi aprovada e que deve entrar na pauta nos próximos dias. Essa minha emenda, sendo aprovada, derruba a decisão absurda do STJ que exige a aplicação do Código Florestal na área urbana das cidades do Brasil.

Tal exigência não existe, é descabida. Por isso, as obras em área urbana do Brasil estão totalmente paradas. O Brasil parou por consequência dessa decisão do STJ. E a aprovação dessa minha emenda remete a competência para os planos diretores e para os projetos de uso e parcelamento de solo dos Municípios do Brasil.

Se aplicarmos o Código Florestal na área urbana, o que é um absurdo, nós vamos elevar a área de recuo dos córregos, dos riachos e dos rios,

que deverá ser de 30 metros até 500 metros. Isso inviabilizará de forma definitiva as obras, a construção civil no Brasil.

Sr. Presidente, eu também desejo concordar com a sua proposição no que diz respeito à necessidade de esta Casa aprovar um plano definitivo de remodelação ou de fortalecimento do Bolsa Família, porque, no pós-pandemia, milhões de famílias, de pessoas, inclusive idosos e crianças, não terão condições de sobreviver à crise. Eu defendo a tese, que V.Exa. também defende, assim como, com certeza, a maioria desta Casa, da prorrogação do auxílio emergencial e concordo que, nesse período, devemos construir um programa perene, fortalecendo o Bolsa Família, para socorrer as pessoas pobres, carentes, que são milhões no nosso Brasil.

Sr. Presidente, quero afirmar aqui que me parece que o Brasil do qual a Oposição tem falado da tribuna desta Casa é outro país, não é o Brasil, porque todos nós estamos acompanhando, Deputado Vermelho, bancos americanos, como a agência Goldman Sachs e o Bank of America, instituições financeiras renomadas do mundo projetarem um crescimento do PIB brasileiro no ano que vem na casa dos 5%. E isso é verdade, porque, neste primeiro trimestre, nosso PIB já cresceu, em comparação com o final do ano passado, 1,2%.

Portanto, o Brasil está dando certo, e isso é consequência, Deputado Hélio Costa, de decisões do Governo Federal e de decisões desta Casa, liderada pelo Presidente Arthur Lira. Votamos já, neste ano, Deputado Vermelho e Deputado Hélio Costa, a autonomia do Banco Central, a Lei do Gás, a do saneamento básico, a do licenciamento ambiental, a PEC Emergencial, e agora começam a andar a reforma tributária e a reforma administrativa - eu tive a honra de ser Relator na CCJ da admissibilidade desta.

Foi instalada hoje, Deputado Kim Kataguirí, a Comissão Especial da qual V.Exa. faz parte - o Presidente é o Deputado Fernando Monteiro, e o Relator, o experiente Deputado Arthur Maia. Com certeza, nós vamos aprovar matérias sem tirar nenhum direito dos atuais servidores, mas vamos criar, sim, uma linha de corte a partir do ano que vem para os servidores públicos do Brasil. Deputado Kim Kataguirí, por meio da sua emenda, nós vamos incluir todos: desde a enfermeira e o zelador, até os Ministros. Todos têm que fazer parte desta reforma.

Concluo minhas palavras, Sr. Presidente, trazendo alguns dados. Os juros já estão estabilizados no Brasil, o dólar começa a cair, a Bolsa bateu novo recorde histórico no nosso País, a construção civil está bombando, o comércio tem 11,6% de índice de confiança, as exportações de frutas cresceram 21%, a produção mineral cresceu 15%.

Na lista dos 25 países mais confiáveis para investimentos, o Brasil é o 25º. Com os cem milhões de doses de vacinas no Brasil, nós passaremos a ser o 4º maior país do mundo. Portanto, este é o Brasil que está dando certo e que vai continuar dando.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 14/39

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:28
Publ.: DCD - 11/06/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Ocorrência no País em torno de 500 mil mortes provocadas pela Covid-19. Encaminhamento de abaixo-assinado ao Presidente Arthur Lira, a favor da retirada de tramitação da proposta de reforma administrativa. Corte de recursos orçamentários das universidades federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Deputados e Deputadas.

Vivemos ontem um dia importante em relação à vida dos servidores públicos e ao destino do Estado brasileiro. A PEC 32/20, infelizmente, não reforma a administração pública; ela destrói a administração pública. Ela a transforma em mera coadjuvante nos serviços públicos, abrindo um enorme naco de mercado para empresas grandes, médias, pequenas, que vão adentrar aquele *locus* para prestar serviços claramente típicos do Estado nacional, inclusive de saúde e educação.

O projeto de reforma administrativa, além de prejudicar os atuais servidores, tira dos jovens o estímulo para fazerem um concurso público, porque que os mantém aprisionados durante 3 anos a um estágio probatório, na condição de *trainee*, sem que esse tempo sirva para a evolução deles na carreira ou para a aposentadoria. O projeto também garante um trem da alegria gigante! Os cargos comissionados, que hoje são obrigatoriamente - 50% deles - de carreira, passarão a ser cargos de indicação política ou de outro tipo de indicação. E o Poder Executivo fica autorizado a extinguir órgãos.

Enfim, a reforma é muito ruim, é prejudicial ao Estado nacional! No



mundo inteiro, agora, se fala em vacina e mais Estado; no Brasil, nem em vacina, nem em Estado. Esse é um Governo que anda na contramão, na destruição, no caminho - infelizmente pior - da insensibilidade com a vida das pessoas, haja vista que já perdemos em torno de 500 mil pessoas, se formos considerar a subnotificação das mortes na pandemia.

Ontem, estive com a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, com o Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, a quem entregamos um abaixo-assinado com mais de 120 mil assinaturas pedindo que a PEC fosse retirada. A Comissão foi montada, mas obtivemos do Sr. Presidente o compromisso de que nenhum item que arranhe um direito sequer dos servidores públicos será aprovado ou mantido na PEC.

Nós vamos trabalhar para mudar esse texto, para desidratar as iniquidades. Para isso, precisaremos da mobilização dos servidores públicos, da população em geral, porque, ao fim e ao cabo, quem perde é a população, uma vez que os serviços serão "voucherizados". O que é isso? Serão pagos - pagos! - com ações politiqueiras do Sr. Paulo Guedes, que quer dar um dinheirinho, um "voucherzinho", para um pai, para uma mãe de família chegar à escola da esquina do bairro e pagar para o filho estudar, defenestrando-se a escola pública. A "voucherização" é um projeto que já foi vencido lá na década de 50, da qual o Sr. Ministro da Economia retira os fundamentos dele.

Agora, nós estamos vivenciando um desabastecimento, um corte, um bloqueio nas universidades, nos institutos federais. Estamos esperando um PLN para restaurar esses orçamentos, Sr. Ministro. E, agora, vem uma reforma administrativa por cima desse absurdo dos cortes, para, de uma vez, arrebentar com o serviço público.

É preciso mobilizar, dizer "não" à PEC 32/20, trabalhar ao nosso lado na Comissão Especial, que já está montada, para podermos constituir - aí, sim - a perspectiva de um debate aberto, realista, sobre a importância do Estado.

Todos os servidores são típicos do Estado. Veja a situação do embate contra a pandemia. Será que um maqueiro, um motorista de ambulância são atípicos? Um médico intensivista e um enfermeiro - não trabalham 30 horas, trabalham muito mais na cabeceira do leito dos pacientes com COVID e outras doenças - não são típicos de Estado?

Srs. Deputados, contamos com o bom senso para impedir que essa PEC seja aprovada e que o Estado brasileiro seja transformado em mero coadjuvante das políticas públicas, das ações de Estado.

Deputada Rosangela, eu fico feliz de vê-la comandando esta sessão.

Muito obrigada.

Documento 15/39

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:40
Publ.: DCD - 11/06/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados à imagem do Brasil no exterior, pelo negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Aproximação da marca de 500 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Compromisso do Presidente Jair Bolsonaro de privatização de estatais e de desestruturação do Estado brasileiro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos e a todas que nos acompanham no Brasil e na nossa Câmara dos Deputados. Bom dia, queridos colegas.

Sra. Presidente, saúdo V.Exa., que nos orgulha com sua presença na Mesa.

O que não condiz com a imagem do Brasil no exterior é principalmente a péssima gestão do Presidente da República neste período da pandemia em nosso País, onde se caminha rapidamente, infelizmente, para 500 mil mortes em nossa Pátria. São 500 mil pessoas que perderam a vida. Trata-se de 500 mil famílias, de pais, de mães de família, de filhos de pessoas queridas.

Esta é a vergonha maior a que o Presidente da República está submetendo o Brasil, não só afetando a imagem do País, mas também ferindo a vida do povo brasileiro.

Enquanto isso, como já foi destacado pela minha colega e amiga Deputada Alice Portugal, a reforma administrativa - PEC 32/20 - é inconstitucional, fere os princípios gerais, centrais da Constituição de 1988. Quando se discutiu o Regime Jurídico Único foi para unificar uma ação dos servidores públicos totalmente desalinhados em termos de direitos e deveres.

Destaco a criação de novos vínculos de emprego, a extinção da ideia



da meritocracia, tanto divulgada pelos segmentos liberais. A Constituição previa a estabilidade de empregos para que o funcionalismo fosse independente dos governos, atendendo aos desígnios do Estado. Portanto, isso vai no sentido inverso: o aumento de poder do Presidente da República de extinguir cargos abre as ações do serviço público para a entrada da iniciativa privada. Esta é a grande intenção desse Governo entreguista, no momento em que o Brasil e os brasileiros têm suas vidas salvas pelo serviço público de saúde, o SUS, pelo serviço público de segurança, pelo serviço público de educação, pelo serviço público em todos os sentidos.

Este Governo está flexibilizando todos os laços dos servidores públicos, para permitir o velho caciquismo, a presença do aumento de cargos de função de confiança para colocar os apaniguados, ou seja, o inverso do sentido de profissionalização do Estado brasileiro que a Constituinte de 1988 tomou como compromisso, para ter dois pilares: o Estado Democrático de Direito e o Estado de bem-estar social, garantido pela Constituição Federal.

O Governo brasileiro do Sr. Jair Bolsonaro não tem compromisso com nenhuma das duas coisas. Tem compromisso com a privatização e a entrega das empresas nacionais e tem compromisso de acabar com o Estado brasileiro. O Sr. Paulo Guedes, que não tem amor à vida dos brasileiros, só pensa em ganhar dinheiro no capital financeiro e nos seus interesses privados na área de educação.

Portanto, Sra. Presidente, é preciso mobilizar a Nação brasileira para dizer não ao fim da meritocracia daqueles que fazem concurso público para serem servidores do Estado, para fazerem com que o Estado brasileiro sirva à Nação e não aos interesses privados, para que o Estado brasileiro sirva à Nação e não apenas às indicações políticas. Nós, na Constituição de 1988, tomamos a clara decisão de preservar o Estado brasileiro e constituir um Estado em defesa da Nação.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Não à reforma da administrativa! Não à PEC 32, que acaba com a estabilidade do servidor público e que abre o serviço público para a atuação de interesses absolutamente privados!

Viva o SUS! E viva os servidores brasileiros da saúde, da educação, da segurança pública, das áreas energéticas, de tudo aquilo que significa em nosso País a atuação de...

(Desligamento automático do microfone.)

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:44
Publ.: DCD - 11/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ódio e mentiras como marcas indelévels do Governo Jair Bolsonaro. Criação, pelo Governo Federal, de gabinete paralelo da saúde e de orçamento secreto para compra de voto dos Parlamentares. Anúncio da realização de movimento nacional contra o Governo Jair Bolsonaro. Desestruturação do Estado brasileiro. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Divulgação, pelo Presidente da República, de relatório falso elaborado por servidor do Tribunal de Contas da União - TCU, a respeito do número de óbitos ocorridos no Brasil em decorrência da Covid-19. Elevação dos índices inflacionários no País. Contrariedade à pretendida privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Perplexidade ante o motivo alegado pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Nascimento de Camargo, para não comparecimento à audiência pública da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Estamos vivenciando um Governo das sombras, um Governo das sombras! Tem razão o Presidente Lula quando diz que o povo brasileiro já não suporta escutar aquele que ostenta, com o peito estufado de fascismo, a faixa presidencial e tenta se apropriar do Estado com tantas mentiras e tanto ódio. São ódios e mentiras. Todas as vezes que o Presidente da República é contestado, e contestado com bases, ele simplesmente vocifera, não entra no mérito, elege um inimigo imaginário e açula suas hostes. Então, é o Governo da mentira e o Governo do ódio, o Governo das sombras.

Nós temos denúncias absolutamente palpáveis de que há um orçamento das sombras, para comprar votos de Parlamentares. Nós temos um gabinete para traçar as estratégias de saúde contra a própria ciência e que estimula a morte do povo brasileiro, um gabinete das sombras. Nós vamos ter uma equipe, uma milícia digital absolutamente ilegal também nas sombras. Então, este é o Governo das sombras, é o Governo da morte. E é por isso que este País precisa se levantar - e vai se levantar - no próximo dia 19, para dizer um basta, um basta a tudo isso.

Nós não podemos mais achar que é natural ou que são naturais as

mortes. Esse Governo vai se desfazendo do próprio Estado e ferindo a Constituição Brasileira. Quer que a Constituição brasileira não seja uma Constituição de proteção social. Quer oferecer a Constituição brasileira, com essa PEC 32, para os governantes utilizarem a velha prática do clientelismo, a velha prática da República Velha de dominar o Estado.

Veja o que o Presidente da República tentou fazer: utilizou-se de um correligionário ou de um apoiador dentro das estruturas do TCU, para também tentar capturar o TCU, dizendo que havia um estudo do TCU que apontava uma superestimação do número de mortes por COVID-19, o que faz parte da sua política negacionista, negando a dor do povo brasileiro, negando que nós temos por volta de 480 mil pessoas que se foram. E todo mundo que vai é o amor de alguém! Isso é um desrespeito.

Nós temos a maior inflação dos últimos 25 anos para o mês de maio, que vai atingir muito a população pobre. E ainda teremos aqui a discussão do Governo para privatizar a ELETROBRAS, que é do povo brasileiro, é do povo, e isso numa proposta que estimula ou que obriga a que haja investimento em térmicas.

Ora, se nós pegarmos as térmicas Pecém 1 e 2, no Ceará, veremos que ali existe um consumo de água semelhante ao consumo que tem de haver para atender a uma cidade de 600 habitantes. Ali nós vemos que as térmicas poluem. E se investe nisso? No estresse hídrico que nós estamos vivenciando, este Governo está tentando aprovar a obrigatoriedade da utilização das térmicas e vendendo a ELETROBRAS, quando país nenhum no mundo faz isso!

Nos Estados Unidos, as termoelétricas, na sua grande maioria, são protegidas pelo Exército, e aqui o Presidente da República quer manchar o Exército Brasileiro fazendo com que se desrespeite o Estatuto Militar, querendo dizer que o Estado lhe pertence. Não, o Estado pertence ao povo brasileiro!

Nós vamos derrotar essa proposta, essa PEC 32. Nós vamos derrotar a privatização da ELETROBRAS por amor ao povo brasileiro, esse amor que não existe nas ações do próprio Governo, esse amor que tem sido rasgado, porque há uma política de morte.

Vejam - e concluo dizendo isto - o que respondeu o Presidente da Fundação Palmares, quando foi convidado para uma audiência pública na Comissão de Cultura! Disse que não iria se sentar com o racistas, que não havia crise na Fundação Palmares. Ele, portanto, desprezou o Poder Legislativo, atacou a Deputada Benedita da Silva, atacou todos os Parlamentares desta Casa e, particularmente, os da Cultura.

Chega! Chega de autoritarismo!

Documento 17/39

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:56
Publ.: DCD - 11/06/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indicação do orador para a Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura pela Câmara dos Deputados. Inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Tramitação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, a respeito da demarcação de terras indígenas.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero cumprimentá-la e cumprimentar todos os Deputados que acompanham a sessão na manhã do dia de hoje.

Quero dizer que agradeço a indicação do meu partido para fazer parte da Comissão Especial instalada ontem para debater a PEC 32, não sem antes deixar muito claro que eu considero absolutamente inadequado este debate num momento de pandemia, em que a prioridade do Brasil é salvar vidas. Nós lideramos tristemente as estatísticas de morte por coronavírus e estamos muito atrás no processo de vacinação.

Este, portanto, não seria um momento para se promover, como se está tentando promover, o desmonte do serviço público brasileiro. O que se quer é atacar o direito dos atuais servidores, reduzir as garantias que o serviço precisa para bem funcionar, como, por exemplo, na fiscalização ambiental, fragilizar as garantias dos servidores públicos e fragilizar os resultados, num momento também muito grave para o meio ambiente.

Nós temos hoje, na pauta da Câmara, o PL da Grilagem. Temos, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, um projeto de lei que tenta abrir as terras indígenas para exploração e destruição. Portanto, quando o Governo diz adotar o modelo gerencial para garantir a eficiência para o serviço público, na verdade o que nós precisamos entender é que ele quer acelerar o processo de desmonte do serviço público para permitir a destruição, afetando, ao mesmo

tempo, os serviços públicos prestados.

É muito importante lembrar a todos que nos assistem que dois terços dos servidores públicos são da saúde e da educação. Nos Estados, quase metade do orçamento é gasto com o pagamento de pessoal da educação.

Como é que o gestor vai reduzir essas garantias e reduzir o investimento para o serviço público e querer que este País se desenvolva? Isto, simplesmente, não vai acontecer. Além disso, serão atingidos os servidores da saúde. Atingir os servidores da saúde no momento de pandemia é de uma desumanidade sem tamanho!

Por isso, eu gostaria de colocar de maneira muito clara que, em nome do trabalho de excelência que é feito nas universidades públicas federais e estaduais do Brasil; em nome dos servidores da saúde, que hoje arriscam suas vidas para nos salvar; e em nome dos fiscais do meio ambiente, que são boicotados, amordaçados, que não têm concurso para sua área há quase 10 anos, nós vamos montar uma trincheira de luta contra a PEC 32.

E eu gostaria de falar especialmente dos servidores públicos do meu querido Estado do Amapá, um ex-Território federal, em que, portanto, nós temos muitos servidores federais, servidores estaduais e municipais: nós estaremos na Comissão Especial da PEC 32 para derrotar essa reforma. Nós acreditamos que é preciso votar a reforma tributária, botar os mais ricos para pagar imposto e garantir, com isso, melhores salários, melhores condições, melhores equipamentos para a saúde, para a educação e todas as demais áreas.

Sra. Presidente, eu peço que este meu pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação da Casa.

Documento 18/39

63.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/06/2021-
CD 13:28

Publ.: DCD - 11/06/2021 - FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Instalação pela Casa da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Razões do posicionamento do PDT contrário à aprovação da proposição. Apelo à Casa de prorrogação e aumento do valor do auxílio emergencial.



O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, trago aqui para reflexão um tema que para o nosso partido é muito caro, muito importante, que é a defesa do serviço público de qualidade.

Esta Casa instalou a Comissão Especial que vai analisar, discutir e votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que é a PEC da reforma administrativa.

Inclusive, agradeço ao meu Líder, o Deputado Wolney Queiroz, a indicação do nosso nome para participar dessa Comissão, colaborar com este debate e fazer dessa Comissão uma verdadeira trincheira de luta em favor do serviço público de qualidade no Brasil.

A pergunta que se faz é muito clara: a quem interessa o serviço público fragilizado? Antes de mais nada, Sra. Presidente, é preciso deixar algo claro. Há aqueles que trazem logo para o debate a discussão de que há servidores públicos que ganham muito, há servidores públicos que têm privilégio, vamos enfrentar este debate.

No entanto, não devemos fragilizar todos os servidores públicos, porque a maioria esmagadora ganha pouco, ganha muito pouco. Não é fragilizando todo o serviço público que vamos fazer uma reforma administrativa neste País.

A propósito, Presidente, estamos no meio de uma pandemia. O que seria do nosso País, principalmente do povo mais pobre, que não tem plano de saúde, que não tem dinheiro para pagar a consulta médica? O que seria do nosso País, se não fosse o nosso SUS, se não fossem os trabalhadores que estão agora nos hospitais públicos, nas unidades básicas de saúde, em todos os Municípios deste País, atendendo à população mais pobre? O que seria de nós?

Digo isso com muita tranquilidade, porque fui aluno de escola pública. O que seria de nós brasileiros, se não fosse a escola pública para o filho daquele que não pode pagar uma escola particular poder estudar? É exatamente contra o serviço público que vem a PEC 32. Ela fragilizará os servidores públicos - mesmo que não atinja, como não atingirá, aqueles que estão hoje no exercício da atividade - e criará dificuldade para a realização do concurso público.

Falo também, Presidente, com tranquilidade, porque sou servidor público concursado da minha querida Polícia Rodoviária Federal. Para o filho da pobreza, muitas vezes, ou na maioria delas, a porta de entrada, a porta justa de entrada para o mercado profissional é através do concurso público.

Com essa PEC, vamos fragilizar a realização de concurso público, vamos criar escalas diferenciadas de servidores e vamos fragilizar a estabilidade funcional. O nosso País poderá voltar ao tempo do coronelismo, em que o Prefeito de plantão vai demitir aquele que não o segue politicamente.

O nosso partido, o PDT, tem uma posição clara. Não defendemos privilégio, não defendemos supersalários, mas defendemos um serviço público de qualidade que atenda à nossa população.

Defendemos isso porque quem se socorre do serviço público é aquele que mais precisa. E muitas pessoas falam, como eu disse: *"Ah, mas o servidor ganha muito"*. Vamos nos lembrar das enfermeiras, do técnicos, dos vigilantes, das merendeiras, de tanta gente que agora está trabalhando para servir a nossa sociedade!

Portanto, Presidente, essa Comissão, sem debates e sem radicalismo, porque essa não é a marca do nosso partido, ouvindo todos e respeitando a democracia, será a trincheira da defesa do serviço público de qualidade, de um serviço público que atenda à população brasileira.

Por fim, Sra. Presidente, queria fazer aqui um apelo, de um homem público que fez e faz a sua vida pública nas bases. Eu sou do pequeno, mas honrado Estado de Sergipe, filho de uma professora e de um vendedor de mercado, de um feirante. Portanto, a minha vida pública é feita com as massas. O povo está passando muita fome. E o apelo é que se possa prorrogar o auxílio emergencial e aumentar o valor do auxílio emergencial, porque 150 reais, 250 reais não está dando para que as pessoas sobrevivam. O povo brasileiro está passando muita fome, muita necessidade, e esta Casa não pode virar as costas para o nosso povo, porque ano que vem nós vamos estar na rua, pedindo o voto da população.

Obrigado, Presidente.

Documento 19/39

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	18:32
Publ.: DCD - 16/06/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Ameaças do Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados ao Estado Democrático de Direito. Riscos impostos à Polícia Militar pelo estímulo do Presidente da

República à violência. Retirada de direitos da corporação pela reforma administrativa. Alerta aos policiais militares sobre as consequências de repressão contra participantes em manifestações de protesto ao Governo Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado Democrático de Direito, conquistado a duras penas pelo povo brasileiro, corre risco, está sob ameaça. E a principal ameaça vem exatamente do Presidente da República e vários dos seus aliados.

Aqueles que estão dispostos a uma aventura antidemocrática, liderada pelo Presidente Jair Bolsonaro, citam os policiais militares ou as Polícias Militares. No último episódio, acontecido em Pernambuco, quando da manifestação da Oposição, a ação repressiva de alguns policiais militares reforçou o entendimento desse apoio.

Mas de onde vem esse vínculo? O Presidente Jair Bolsonaro, há muito tempo, estimula ações policiais violentas, mas ele próprio não sofre nenhuma consequência. As ações que ele estimula submetem os policiais militares a riscos. Aí, não é ele que mata ou morre, não é ele que deixa viúvas e órfãos, não é ele que fere ou fica ferido.

Quem visitar o Centro de Fisiatria da Polícia Militar no Rio de Janeiro, vai encontrar lá paraplégicos, tetraplégicos, amputados, tudo em decorrência de ação policial, em ato de serviço.

E mais, não é o Presidente Jair Bolsonaro que sofre processos disciplinares e é excluído da corporação. Não é ele que senta no banco dos réus. Ele não sofre nenhuma consequência daquilo que ele estimula.

Mas existe algo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito mais relevante, se é que pode existir. Os policiais militares do Brasil inteiro conquistaram direitos a partir do período democrático, a partir da Assembleia Nacional Constituinte. Conquistaram vários direitos e lutaram para ampliá-los. E, agora, exatamente no Governo, eles vêm perdendo direitos, com as reformas que vêm sendo feitas. E ainda há a ameaça de perdas maiores com a chamada reforma administrativa, que vai alcançar servidores civis e militares. Aí incluo militares de pouca graduação nas Forças Armadas, pensionistas, mas também policiais militares e bombeiros.

A indagação que faço é: o que é que pode vincular os policiais militares ou as Polícias Militares ao projeto golpista de Jair Bolsonaro? Um projeto golpista que prejudica não só policiais militares, mas também

toda a população.

O povo brasileiro quer alternância no poder. O povo brasileiro quer viver um Estado Democrático de Direito. A comprovação, em plena pandemia, é que Jair Bolsonaro sequer respeita a vida. Ele não respeita a vida das pessoas. Ele não apostou na vacinação em massa, porque não tem compromisso com a vida.

Então, Sr. Presidente, a Oposição, no próximo sábado, vai também se manifestar.

Venho a esta tribuna para advertir, para mandar uma voz de reflexão exatamente para os policiais militares, que são vítimas do Governo Bolsonaro, mas são apresentados como apoiadores de Bolsonaro. Os policiais militares têm que ter um compromisso com a defesa da democracia, uma política de emprego que não vitime tantas pessoas nem tantos policiais militares.

Acredito que a reflexão vai prevalecer. E os policiais militares, nas manifestações da Oposição, rejeitando o Governo Bolsonaro, vão dar segurança, porque vão começar a compreender que, em qualquer ação de repressão, a consequência vai recair sobre eles próprios, como está recaindo lá em Pernambuco sobre os policiais militares que reprimiram, de forma indevida, aquela manifestação.

Sr. Presidente, é preciso dizer que as manobras golpistas difundidas pelo Presidente Jair Bolsonaro não prosperarão e, com certeza absoluta -- é a minha expectativa --, não contarão com outras vítimas e não contarão também com o apoio dos policiais militares.

Fica esta advertência para reflexão: salve o Estado Democrático de Direito! É uma reflexão aos policiais militares.

Muito obrigado.

Documento 20/39

65.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-16/06/2021-
	CD	20:16
Publ.: DCD - 17/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Registro de 2.997 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Aproximação da nefasta marca de meio milhão de óbitos provocados pela doença viral no Brasil. Vinculação entre as mortes decorrentes



do coronavírus e a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas. Elevação dos índices inflacionários, bem como dos preços de alimentos, de combustíveis, do gás de cozinha, de tarifas de energia elétrica e de aluguéis no País. Agravamento do desemprego e congelamento do salário mínimo. Insignificância do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial de 2021 para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Possibilidade da ocorrência de apagão de energia elétrica no País. Devastação do meio ambiente pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de instauração, pela Casa, de CPI para investigação do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Omissão do Governo Federal no repasse de recursos às pequenas e microempresas. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Conclamação ao povo brasileiro para participação em manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Deputado General Peternelli.

Saúdo os colegas Deputados.

Nós temos mais um número triste no dia de hoje: 2.997 mortos nas últimas 24 horas pela COVID. E esse número eleva para 493.693 mortos por causa da COVID. Quase meio milhão de pessoas morreram pelo descaso do Governo Bolsonaro ao não viabilizar vacina para a população, Deputado Pedro Uczai. V.Exa., inclusive, está organizando uma associação de vitimados pela COVID no Brasil.

Não é só esse número que sobe, infelizmente. Sobe também o preço da comida. Sim! Em média, a comida aumentou 15%, está 15% mais cara, percentual que é o dobro da inflação. Aliás, a taxa de referência da SELIC hoje também aumentou. A inflação está em torno de 8%, e os alimentos subiram o dobro! A carne subiu 30%. Aliás, muitos brasileiros nem mais comem carne. O arroz chegou a subir 70% e o feijão, 69%. O tomate e a cebola dispararam. O óleo de soja subiu 87%. Tudo isso no último ano. Os combustíveis não param de subir. O gás de cozinha, em alguns lugares, já está custando 100 reais. A gasolina subiu 45% e o *diesel*, só este ano, 46%. O aumento da conta de luz já foi anunciado, vem aí a bandeira vermelha. Os aluguéis subiram 37%.

Comer, transportar-se, morar no Brasil, Deputado Uczai, é muito caro. Enquanto isso, o desemprego aumenta, o salário mínimo está congelado e o auxílio emergencial é pífio, além de em janeiro, fevereiro, março e abril não ter havido auxílio emergencial. No ano

passado, o auxílio era de 600 reais a 1.200 reais; neste ano, pode ser de 150 reais, 250 reais ou, no máximo, 375 reais. E o Governo vem anunciar uma prorrogação de 2 meses, com outro programa, sendo que só pensa na própria situação eleitoral, porque aqui sempre condenou qualquer programa social.

Nós temos a solução. Nós queremos que esta Casa vote a Medida Provisória nº 1.039, de 2021, porque, ao não votá-la, nós vamos consolidar esse valor pífio para as pessoas, que estão morrendo de fome. A proposta do Partido dos Trabalhadores é votar a Medida Provisória nº 1.039 para garantir 600 reais durante todo o período da pandemia, porque o descalabro que nós estamos vendo no Brasil é uma opção do Governo Bolsonaro.

Se a comida está tão cara, é porque houve o abandono do financiamento para o agricultor familiar, não há mais estoques reguladores, diminuíram o recurso para a compra pública.

Por falar em agricultura, está próximo o novo Plano Safra, e sequer sabemos se há expectativa de anúncio de melhores programas, de recursos, de mais subsídio, de mais crédito. Há o risco - esta é a preocupação de todo o setor da agricultura - de acontecer elevação dos juros dos financiamentos, porque, com este Governo, tudo aumenta, como o número de mortes e o preço dos produtos básicos, de que as pessoas precisam.

As opções para deixar o Brasil numa situação tão difícil acontecem em todas as áreas. Na de combustíveis, por exemplo, em que os preços aumentam, foi feita no País a vinculação ao preço de paridade de importação, o PPI. Isso se faz quando o país não tem sua própria riqueza, o seu próprio petróleo, a sua própria energia. Não precisamos nos submeter a essa lógica dolarizada em âmbito internacional e estabelecer preço tão elevado, como acontece hoje em relação aos combustíveis.

Estamos diante da possibilidade de um apagão, de uma crise energética. O Estado do Amapá, por exemplo, entrou hoje novamente em situação de colapso na área de energia. É o novo apagão, e, neste momento, o Governo opta por se desfazer da maior empresa de energia elétrica do País, a ELETROBRAS.

O Governo não tem preocupação com a economia, não tem preocupação com a saúde. Naquela fatídica reunião, do dia 22 de abril do ano passado, o Ministro Salles disse: "*Precisamos passar a boiada*". Está fazendo isso, está destruindo a Amazônia, aumentando o desmatamento, as queimadas, o uso de venenos. Queremos, portanto, a CPI do Salles. Precisamos que os colegas Deputados assinem o

nosso pedido para instalação dessa CPI.

Naquela fatídica reunião, Paulo Guedes fez duas afirmações significativas. Primeiro, disse que colocaria uma bomba no bolso do servidor público. Sim, já colocou. Muita reforma foi feita, e não recuperou a economia, nem sequer gerou empregos. Agora querem consolidar as reformas com a reforma administrativa. Vamos fazer de tudo para que a PEC 32 não seja aprovada nesta Casa. Segundo, ele disse, naquela mesma reunião, que as pequenas empresas só davam prejuízo. "*As pequenas empresas só dão prejuízo.*" Ora, são as pequenas empresas que mais empregam neste País! E passaram meses sem ter o apoio do Governo. Estávamos aqui para votar o auxílio e, no ano passado, nós o votamos. Mas, neste ano, infelizmente, o Governo não o repassou para as pequenas e microempresas, que Brasil afora poderiam manter empregos, o que é fundamental.

Presidente, é opção do Governo abandonar o povo, criar um verdadeiro assassinato em massa. Isso a CPI no Senado está investigando bem e vai apontar os responsáveis.

Ela já está mostrando a responsabilidade pela falta de oxigênio, de vacina, pelo genocídio que está sendo cometido. Precisa seguir o dinheiro, porque deve haver muito rolo, muito interesse financeiro quando se procura defender produtos que são negados pela ciência.

O Senado vai fazer o seu trabalho, mas é preciso que haja mobilização maior da sociedade brasileira. Além disso, é necessária a instalação da CPI relativa ao Ministro Salles, a aprovação, nesta Casa, da abertura do processo de *impeachment*. Precisamos de mobilizações sociais nas ruas. É exatamente isso.

Eu quero concluir a minha fala dizendo que, no mês passado, no dia 29, muitas pessoas foram às ruas para dizer o seguinte: "*Queremos vacina no braço, queremos comida no prato, queremos renda e emprego*". Elas estão dizendo também: "*Fora, Bolsonaro!*" Não é mais possível que este Governo continue, porque, como ele mesmo disse, veio para destruir, antes de construir. Está destruindo a economia brasileira, está destruindo o sonho de vida e de qualidade de vida do nosso povo.

Por isso, eu quero conclamar todas as pessoas de bem - quem defende a democracia, quem quer atendimento de saúde, quem quer emprego, quem quer comida, quem quer desenvolvimento neste País, sem privatizações, sem venda e submissão do Brasil, e sim com soberania - a participarem das mobilizações no próximo sábado. Este dia 19 é fundamental. O Brasil precisa disso. De norte a sul, de leste a oeste do País, em todas as cidades estão sendo preparadas

mobilizações para que possamos, sim, dizer: basta! Basta de genocídio, basta de sombras, basta de violência! Nós queremos que as pessoas tenham emprego, renda e dignidade.

Obrigado.

Documento 21/39

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:40
Publ.: DCD - 17/06/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevado contingente de trabalhadores desempregados no País. Anúncio da ocorrência de apagão e do reajuste de tarifas de energia elétrica com a venda das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Alcance pelo País da nefasta marca de meio milhão de óbitos em decorrência da Covid-19. Agravamento da fome no País. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma previdenciária. Perseguição política aos adversários do Presidente Jair Bolsonaro, por meio do gabinete do ódio. Desqualificação do Presidente da República para o exercício do cargo de mandatário da Nação brasileira. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sra. Presidenta Rosangela Gomes! É uma honra ocupar a tribuna neste momento, estando V.Exa. na Presidência.

Cumprimento também todos os demais Deputados e Deputadas, entre os quais a Deputada Alice Portugal, que está conosco neste plenário.

Deputadas, o que está acontecendo com o nosso País? Lembrei-me hoje das sete pragas do Egito. Acho que, no Brasil, são mais de sete. Eu comecei a contar e verifiquei que há a praga do desemprego. Nós já estamos com mais de 14 milhões de desempregados. Com mais os desalentados, já passamos de 20 milhões de pessoas no Brasil que não sabem o que fazer no dia seguinte.

Agora vem a praga do apagão, do aumento de preço da energia, com a venda e privatização da ELETROBRAS em curso, empresa que poderia gerenciar esse problema da falta hídrica e outros problemas que vamos ter daqui para frente. Mas o Governo aprofunda a segunda praga, a do apagão.

Há a praga das mortes, da pandemia, a terceira praga, com meio milhão de mortes! E o Ministro Pazuello exibiu um documento ao Ministério das Relações Exteriores - e foi pego com a boca no botija hoje dizendo às autoridades internacionais que ele havia conseguido diminuir 70% das mortes com o tratamento precoce de cloroquina, fazendo, portanto, com que a praga da pandemia seja ainda mais aguda. Estamos à mercê da desgraça, como disse o Witzel, um bolsonarista de primeira hora, que comemorava quando atiravam nos pobres no Rio de Janeiro. E agora está sendo ofendido por bolsonaristas! Isso é impressionante.

A quarta praga, Deputada, é a fome. O povo está comendo mingau nas periferias das grandes cidades deste País e pelo interior afora. A fome voltou.

A quinta praga é a retirada de direitos. Eu e a Deputada Alice Portugal vamos agora discutir a PEC 32, aquela que desmancha o Estado, que acaba com direitos e acaba com serviços de saúde e de educação, uma praga arranjada por Bolsonaro e por Paulo Guedes.

A sexta praga é a perseguição política, o "gabinete do ódio", *fake news*, isso é o que produz o Governo Bolsonaro, produz pragas, já não basta as que vêm da natureza.

E a sétima praga é ele próprio, um genocida, um Presidente desqualificado, preguiçoso, que, em vez de unir o povo, divide a todos.

Precisamos dar um fim a essas pragas. São pragas impostas pela praga do Governo Bolsonaro.

Nós temos que colocar o *impeachment* para ser votado aqui na Câmara. Mas ele só será votado porque a CPI no Senado, aqui ao lado, está dando resultado e os bolsonaristas tremem de medo dessa CPI.

Mas o medo maior deles é o medo das ruas. O povo não aguenta mais ficar em casa, está saindo às ruas agora com os cuidados necessários, com máscaras, álcool gel, com todos os cuidados, mas para derrubar Bolsonaro. É a única forma de determos as sete pragas. Eu contei sete, mas, provavelmente, devem ser em torno de dezessete.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Sumário

Provocação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de aglomerações durante a sua visita ao Estado do Espírito Santo, em desacordo com as recomendações de prevenção da Covid-19. Inconsistência do número de motociclistas participantes em passeata na Capital São Paulo, divulgado pelo Presidente da República. Atuação do Governo Jair Bolsonaro com base em mentiras. Repúdio às propostas governamentais de privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A- ELETROBRAS, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e de realização da reforma administrativa. Realização de manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Deputada Rosângela Gomes, quero agradecer a V.Exa. a oportunidade de falar nesta tarde. Eu estava numa audiência pública e cheguei alguns minutos atrasado.

Quero fazer referência, primeiramente, à visita do Presidente da República ao Espírito Santo. O Presidente esteve lá na última sexta-feira para entregar pouco mais de 400 casas. Os principais jornais do nosso Estado divulgaram que apenas 15% do valor daquele empreendimento foram pagos neste Governo, ou seja, 85% daquele empreendimento foram pagos ainda no Governo da ex-Presidenta Dilma Rousseff.

O Presidente foi ao nosso Estado, mas quero dizer que, para a maioria do Espírito Santo, para a maioria da nossa população, o Presidente não é bem-vindo, até porque promoveu aglomerações, andou sem máscara. Na verdade, foi fazer uma tentativa de testar a sua popularidade. Entrou sem ser convidado numa aeronave, no Aeroporto Eurico Salles, e foi vaiado, muito vaiado pela maioria da população.

Vejam que impressionante: no dia seguinte, o Presidente vai para São Paulo, faz um passeio com motos e divulga que o passeio teve, Deputado Afonso Motta, 1 milhão e 300 mil motos, quando o que se divulgou oficialmente foi que havia 12 mil motos. Todo o mundo estava sem máscara. Ao final, houve alimentação gratuita para todos os que participaram.

A verdade é que este Governo é baseado na mentira, é um Governo *fake*, é um Governo que acha que o povo vai acreditar o tempo inteiro nas mentiras que são contadas para a população brasileira.

Este Governo, em plena pandemia, apresenta a esta Casa projetos para privatizar os Correios, privatizar a ELETROBRAS, apresenta uma proposta de reforma administrativa que quer destruir o serviço público, que prejudicará sobremaneira os servidores públicos deste País.

Portanto, a mentira, como dizia meu saudoso avô, lá no interior do Espírito Santo, onde eu nasci, tem pernas curtas. O povo brasileiro está abrindo os olhos e está percebendo que este Governo não tem compromisso com a maioria do nosso povo.

Por isso, nós vamos às ruas no próximo dia 19, com máscara, álcool gel, distanciamento social. O povo brasileiro não aguenta mais tanto absurdo. Já temos meio milhão de mortos no nosso País, e muito poderia ter sido evitado.

Peço, Sra. Presidenta, que seja divulgado meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 23/39

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-10:44
Publ.: DCD - 18/06/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aproximação da nefasta marca de meio milhão de mortes no Brasil provocadas pela Covid-19. Protesto contra o novo reajuste do gás de cozinha. Majoração das tarifas de energia elétrica com a privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Retirada de direitos sociais e trabalhistas, devastação do meio ambiente e de vidas humanas pelo Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Realização de novas manifestações no País contra o Presidente da República.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, infelizmente nós estamos chegando à marca trágica de meio milhão de mortos no Brasil por causa da pandemia. E o que é mais grave é que a boiada continua passando.

Tivemos nesta semana o aumento do preço do gás de cozinha, e esse foi o quinto aumento somente este ano. Nós chegamos, em 1 ano, a

22% de reajuste no preço do gás de cozinha. O Governo prometeu que ia reduzir para a metade, mas o valor está estourando e superando a casa dos 100 reais em todo o Brasil. Esse é quase o valor do auxílio emergencial que está sendo pago agora, neste período de pandemia.

Enquanto se aumenta o preço do gás de cozinha e se piora ainda mais a vida do povo brasileiro, porque o gás de cozinha significa comida no prato, no Senado da República avança o projeto nefasto de privatização da ELETROBRAS, que vai fazer a energia elétrica no Brasil ficar mais cara no bolso do trabalhador e da trabalhadora. É a boiada passando, é a política da destruição: da destruição de direitos sociais, da destruição de direitos trabalhistas, da destruição do meio ambiente, da destruição de vidas humanas.

É por isso que Bolsonaro é chamado de genocida. Além de ele não ter cumprido a sua obrigação de comprar vacina para garantir a vacinação do povo brasileiro, que hoje está aí sofrendo, só com 10% das pessoas vacinadas com a segunda dose, ainda temos que conviver com essas medidas das boiadas que vão passando e destruindo ainda mais a perspectiva de desenvolvimento em nosso País.

Para completar, nós temos também na pauta a PEC 32, a PEC da chamada reforma administrativa, que, na verdade, é a destruição do serviço público em nosso País, é o desmantelamento dos serviços tão necessários para a maior parte da nossa população. Nós não podemos aceitar isso.

É por isso que o povo não está suportando e está indo para as ruas. No próximo sábado, as pessoas vão novamente às ruas. E não há políticos mobilizando, não. É a população que está reagindo espontaneamente. Não se precisa de moto, não se precisa de carro. É gente, é povo na rua se rebelando contra esta situação dramática e este Governo genocida, que está destruindo o nosso País.

Eu peço, Sra. Presidente, que divulgue esta minha fala nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 24/39

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	14:56
Publ.: DCD - 18/06/2021 - IGOR TIMO-PODE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saudações aos Parlamentares em nome da Presidenta em exercício dos trabalhos. Aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº 10.887, de 2018, relativo à alteração da Lei nº 8.429, de 1992, acerca da improbidade administrativa. Pedido à Presidência de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, a respeito da alteração de dispositivos da Constituição Federal, com vista à extinção do foro especial por prerrogativa de função no caso de crimes comuns. Defesa de realização da reforma administrativa, especialmente quanto à redução de supersalários.

O SR. IGOR TIMO (PODE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidente, na sua pessoa, cumprimento os demais Parlamentares e falo da satisfação de termos uma mulher presidindo os trabalhos desta Casa neste momento. Eu sou um grande entusiasta da participação da mulher na vida pública. E isso deixa muito claro que o lugar de mulher é onde ela quiser.

Sra. Presidente, ontem houve uma votação muito importante nesta Casa sobre um tema muito caro, em especial para o nosso partido, o Podemos: o projeto de lei sobre a Lei de Improbidade Administrativa. Esse projeto apresentado por um Parlamentar do partido, o nosso querido e respeitado Parlamentar Roberto de Lucena, do Estado de São Paulo.

E não poderíamos deixar de fazer alguns apontamentos. Sabemos que na vida pública muitas vezes não é o que se quer, mas o que se pode e o que se conquista. Alguns avanços foram conquistados, mas outros foram deixados de lado. Temos que apontar na direção certa, para que esses avanços possam ser corrigidos enquanto ainda há tempo.

Dentre os pontos que acreditamos que precisam ser efetivamente corrigidos, o primeiro é a prescrição do ressarcimento ao Erário de recursos oriundos de improbidade, que hoje é imprescritível. Infelizmente, o Relator retirou essa garantia. O segundo é o nepotismo. Colocaram uma brecha para a contratação de parentes com capacidade técnica ou que infundado fere a lei. E, o terceiro, a pessoa que é absolvida criminalmente por falta de provas não pode ser condenada por improbidade.

O relatório foi apresentado, na sequência aprovado, bem como o pedido de urgência, sem conhecimento do texto pelos Deputados.

Então, esse é um tema muito caro para o nosso partido, Presidente, porque o nosso partido tem nas suas bandeiras o enfrentamento à corrupção - talvez essa seja principal delas. Entendemos que essas mudanças devem acontecer enquanto ainda há tempo.

Para finalizar, Presidente, queria cobrar do nosso Presidente, que tem pautado nesta Casa as reformas importantes para o nosso País, outra bandeira importantíssima: o fim do foro privilegiado, também um projeto apresentado por um Parlamentar do Podemos, nosso querido Senador Alvaro Dias, que já se encontra há mais de 900 dias aguardando a sua pauta.

Precisamos que esse projeto seja pautado, o nosso Presidente já garantiu que será. E contamos que com ele venha a reforma administrativa, principalmente os supersalários. São bandeiras do nosso partido que vão ao encontro do anseio popular. Estamos juntos! Juntos nós podemos!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 25/39

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -22/06/2021- CD 17:56
Publ.: DCD - 23/06/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Pedido à Casa de apoio ao Projeto de Lei nº 1.509, de 2021, acerca da anistia de tributos federais mediante a dação de instalações e equipamentos destinados ao combate à Covid-19. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Impacto da propositura na redução da dívida pública brasileira e no controle dos índices inflacionários. Realização das reformas tributária e administrativa.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, eu vou usar este tempo da Liderança da Maioria, primeiro, para explicar um pouco o projeto - e nós vamos entrar nele daqui a pouco, no voto -, mas, antes de qualquer coisa, para pedir a ajuda dos colegas para um dos projetos que eu apresentei à Casa, um dos projetos que dizem respeito ao combate à pandemia.

Sr. Presidente, há um projeto tramitando que basicamente faz uma troca, uma troca de impostos que já estão em dívida ativa por insumos e equipamentos que podem ser usados pelas entidades públicas de saúde, obviamente destinados pelo Ministério da Saúde, para levar esses equipamentos de combate à COVID, de tratamento da COVID,

como respiradores, tomógrafos, ou insumos, como oxigênio, de maneira mais célere. É um jogo de ganha-ganha: ganha o Governo, uma vez que não está recebendo esses impostos, já que as empresas estão na dívida ativa, e ganham as empresas, que têm esses insumos e podem trocar pelos impostos.

Então, eu peço a ajuda, o auxílio de V.Exas., para que nós possamos, o mais rapidamente possível, aprovar este texto.

Em relação ao projeto, Sr. Presidente, como houve muitas dúvidas, conversando com Líder a Líder, com Deputado a Deputado, as dúvidas foram sendo dirimidas. Mas o PL 3.877 é extremamente técnico. Então, ele carece de uma explicação, para tirarmos um pouquinho do economês e falarmos em português, porque o economês é um dialeto complexo.

Basicamente, este projeto tem um impacto gigantesco na redução da dívida pública brasileira. É um projeto que ajuda no controle da nossa inflação de maneira absolutamente inteligente e eleva o Brasil de patamar quando o assunto é o nosso Banco Central. Ele coloca para o nosso Banco Central, no controle da liquidez do País, as mesmas regras, por exemplo, utilizadas pelo Banco Central americano, o FED, ou pelos bancos de países europeus.

Como funciona hoje? Para regular essa liquidez da economia e manter a nossa taxa SELIC, que é definida pelo COPOM, o Banco Central precisa de títulos. Ele não pode emitir títulos. Então, ele vai lá, bate à porta do Tesouro Nacional e diz: "*Tesouro, eu preciso de um tanto de dinheiro para poder manter a nossa taxa SELIC*". Aí o Tesouro emite, através de papéis da dívida, esse tanto de dinheiro. Se, por exemplo, o Banco Central precisa de meio bilhão para manter a taxa de juros, segundo aquilo que foi definido pelo Conselho Monetário Nacional, muito bem, esse meio bilhão chega, mas chega em forma de títulos, que viram dívida.

E isso o FMI entende como dívida, porque o modelo é diferente dos utilizados em outros países do mundo. Então, nós precisamos modernizar isso. O Banco Central, para que de fato seja autônomo, precisa dessa modernização.

Quando os bancos privados não conseguem emprestar dinheiro, o que acontece com eles? Eles emprestam entre si e muitas vezes com juros, que podem ser até menores do que a SELIC, só que a SELIC é definida por esse comitê monetário. E vai de novo o Banco Central fazer um equilíbrio de pratos, esse malabarismo todo, para conseguir manter uma taxa já definida por um comitê.

Então, esse texto basicamente organiza essa operação. E a operação

que existe hoje custa caro para o País por alguns motivos, entre eles o de ser uma operação antiga. O Banco Central faz uma operação de vender esses títulos do Tesouro com o compromisso de comprá-los. Por isso, é uma operação compromissada. Só que, nessa operação compromissada, nós temos esse problema da dívida.

Quando nós trouxermos a possibilidade de esses bancos privados colocarem esse empréstimo, esse dinheiro, esses depósitos dentro do Banco Central, a remuneração desse crédito vai ser SELIC para menos. Não há como ser SELIC para mais. Não há o menor sentido nisso. Como o Banco Central vai aplicar uma taxa acima da SELIC? Não há lógica. Então, obviamente, vai haver um leilão, mas às avessas. Será um leilão em que o Banco Central vai dizer: "*Se a taxa SELIC está 2%, eu pago 1,8%, 1,5%, 1%*". Isso vai depender de quanto dinheiro está sobrando no mercado e não vai impactar a nossa dívida pública.

Para se ter uma ideia do tamanho do impacto que existe hoje na dívida pública brasileira com o modelo atual de operação comprometida, ele chega a 25% do PIB. É muito dinheiro. E isso poderia ser utilizado, obviamente, para que o Brasil, primeiro, tivesse uma dívida menor e, segundo, recuperasse alguns pontos na economia, como a redução do próprio Risco Brasil. Se nós temos uma dívida menor, se nós temos a possibilidade de redução de dívida, se nós temos uma operação mais inteligente dentro do Banco Central, se nós não estamos emitindo papel do Tesouro como dívida, é bom para o País. Então, lá fora, outros países já olhariam para o Brasil com um pouco mais de atenção.

Esse projeto veio do Senado. A Relatora Kátia Abreu disse, na defesa dela, que é um projeto muito mais importante do que a própria autonomia do Banco Central. Quando eu a ouvi falando, pensei: "*A Senadora está exagerando. Como assim mais importante do que a autonomia do Banco Central?*" E, de fato, o é, porque não há autonomia sem a aprovação desse texto, que terá impacto direto nas contas públicas.

Sr. Presidente, alguns Deputados também me disseram: "*Mas esse texto pode ajudar muito as contas públicas brasileiras neste Governo*". Não interessa o governo. O que interessa é que nós trabalhamos por este Governo, pelo próximo Governo e pelos próximos anos que virão, para que, de fato, nós possamos ajudar a controlar a dívida pública brasileira.

E quais serão os efeitos? Haverá uma melhor relação das instituições Banco Central e Tesouro Nacional, além da correção da distorção da dívida pública, que só existe no Brasil. Quando se trata de países emergentes para cima, vemos que isso só existe no Brasil. É uma rebimboca da parafuseta o que se inventou aqui. E diminuir, como eu

disse, o Risco Brasil, ao se reduzir a dívida pública.

Ao mesmo tempo, o Banco Central não precisa simplesmente tirar do cardápio essa operação compromissada. Ela vai estar lá, mas obviamente é muito mais inteligente, do ponto de vista do cuidado com o que é público e do combate à dívida pública, trabalhar com esse outro tipo de gerenciamento da liquidez. O Banco Central, com esse projeto, ganha um instrumento poderoso para cumprir o seu papel de fato, que é gerenciar a liquidez bancária.

Por isso, eu peço aqui a ajuda de todos em relação ao projeto. Eu sei que o Governo é a favor. Esse projeto vem de um Senador da Oposição no Senado - lá houve uma composição entre Governo e Oposição. O texto foi bastante melhorado.

Para dirimir qualquer dúvida, eu estou à disposição de todos.

Lembro que, para que nós possamos atingir os objetivos que queremos nesta Casa e neste País, é necessário que avancemos. Não basta criar esses mecanismos para o Banco Central. Precisamos dar passos à frente em relação às reformas de que tanto precisamos: uma reforma tributária de verdade, não um arremedo de reforma; uma reforma administrativa de verdade, não um arremedo de reforma. Aí, sim, nós conseguiremos fazer com que o País caminhe para frente.

Dito isso, Presidente, eu fico à sua disposição. V.Exa. quer que eu já profira o voto ou aguarde um pouco?

Documento 26/39

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-15:44
Publ.: DCD - 24/06/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa da extinção de privilégios no serviço público, notadamente com relação aos supersalários.

O SR. LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado. Peço a V.Exa. que se veicule no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.

Nós estamos recebendo, Sr. Presidente, diversos *lobbies* de categorias

profissionais, por conta da PEC 32. Muitas categorias profissionais estão se manifestando para manter o que têm e algumas, eu poderia dizer que várias, para manter inclusive privilégios, e outras - pasmem, Srs. Parlamentares -, para ampliar os privilégios. Muitas categorias profissionais estão se movimentando para aumentar os privilégios.

Eu acho, sim, necessário nós enfrentarmos essa discussão, que é uma das mais difíceis nesta Casa, a da reforma administrativa, assim como é a reforma tributária. Mas eu vejo que não é possível nós enfrentarmos essa questão da reforma administrativa sem enfrentarmos a questão dos supersalários, acima do teto.

A nossa Constituição é muito clara, no seu art. 37, inciso XI, que estipula o teto do Ministro do Supremo Tribunal Federal, que hoje é de 39.200 reais. Esse seria o limite para toda a administração pública dos três Poderes, direta e indireta, enfim.

Mas, no § 11 deste mesmo artigo, abre uma porteira enorme, permitindo indenizações, gratificações, férias, auxílio alimentação, diversos penduricalhos acima do teto, garantindo legalmente supersalários, os famosos mensalões legalizados.

Para votar a reforma administrativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos que primeiro enfrentar essas distorções. Sobre os planos de carreira, nós temos por este Brasil afora, nos três Poderes, planos de carreira exagerados, que criam grupos de servidores na administração pública que são verdadeiros privilegiados. São carreiras que vão do piso ao teto em poucos anos. Em 8 a 10 anos, já batem no teto, e vêm os penduricalhos para ir compensando.

Nesta Casa mesmo, nós temos distorções, salários altíssimos em poucos anos de carreira, enquanto nós temos uma infinidade, milhares de servidores públicos, por este Brasil afora, indispensáveis para a administração pública, que muitas vezes recebem salários muito abaixo do que merecem.

Então eu considero que ser contra a reforma administrativa também é ser a favor de manter esses privilégios, como acontece hoje. E ser a favor da reforma administrativa também não significa ser contra os servidores. Eu acho um debate necessário. Nós vamos ter que enfrentar, para modernizar a administração pública, trazendo mais igualdade entre os servidores naquilo que significa justiça para quem realmente trabalha.

Obrigado, Sr. Presidente.



70.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -24/06/2021-
CD 15:32

Publ.: DCD - 25/06/2021 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Matéria de autoria do jornalista Douglas Gravas, a respeito da emigração de profissionais qualificados do País. Aniquilamento, pelo Governo Jair Bolsonaro, da agenda em defesa da liberdade, contra a corrupção e pela transformação do Brasil. Estabelecimento de aliança entre petistas e bolsonaristas para abrandamento da Lei de Improbidade Administrativa, indicação do ex-Deputado José Dirceu à Procuradoria-Geral da República e do Juiz Kassio Nunes ao Supremo Tribunal Federal. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas contra a Covid-19. Insatisfação com a proposta governamental de reforma administrativa. Condição imposta pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, para redução da alíquota do Imposto de Renda. Sequestro e abandono, pelo Governo Jair Bolsonaro, de pautas do povo brasileiro por um País melhor. Repúdio ao lulismo, ao bolsonarismo e ao totalitarismo, bem como à corrupção e ao autoritarismo da Esquerda ou da Direita. Defesa de retomada das rédeas da governança do Brasil e da condução do processo histórico de desenvolvimento socioeconômico, bem como do resgate da esperança do povo brasileiro em um País justo e desenvolvido.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita tristeza, leio matéria do jornalista Douglas Gavras que mostra que boa parte das mentes brasileiras, dos doutores, dos profissionais qualificados tem pedido visto permanente para morar em outros países.

O levantamento feito pelo jornalista mostra que, em 2019 e 2020, ao comparar com os anos de 2015 e 2016, houve um aumento de 135% nos pedidos de visto permanente para morar e trabalhar nos Estados Unidos. Quando comparamos com o resto do mundo, a soma das solicitações feitas por todas as nacionalidades teve uma queda, em 2020, de 13%.

As pessoas estão deixando de acreditar no nosso País. As pessoas estão deixando de trabalhar, de morar, estão abandonando o lugar onde foram criadas, onde têm a família, os amigos, onde moram as pessoas que elas amam, onde existe a cultura, a língua, a comida delas, onde há, enfim, tudo o que nós conhecemos para morar em outros países.

Eu lembro, Presidente, quando nós fomos às ruas em 2014, 2015, 2016 em defesa da liberdade, em defesa de um País melhor, de uma esperança que nos levava às ruas do combate à corrupção. Todas



essas pautas foram absolutamente aniquiladas pelo bolsonarismo. Nem se sustenta mais o combate à corrupção. Agora há até petistas envolvidos em escândalo bolsonarista, no tratoração, recebendo tratores superfaturados, ou ainda na criação de empresas estatais. O PT sempre defendeu a aprovação da Lei de Abuso de Autoridade, mas nunca conseguiu, e o Bolsonaro conseguiu. Assistimos recentemente neste plenário a uma aliança entre petistas e bolsonaristas para aprovar o afrouxamento da Lei de Improbidade Administrativa. Há também alianças entre petistas e bolsonaristas para indicar um amigo de Zé Dirceu para a Procuradoria-Geral da República, para indicar Kassio Nunes para o Supremo Tribunal Federal, para criar junto com uma emenda do PSOL a figura do juiz de garantias e travar processos contra criminosos do País inteiro. Enfim, a agenda de combate à corrupção está andando para trás, está na marcha a ré.

A esperança que tínhamos num País melhor também foi destruída. É um Presidente, um Governo que se negou a adquirir vacinas e se dizia preocupado com a economia. Poderíamos crescer 7,5% neste ano, segundo estudo da IBRE/FGV, e vamos crescer 5%, dos quais 3,6% serão mero efeito estatístico, não vão se reverter em benefício na prática, em consumo das famílias, em aumento da renda na ponta. A esperança que nos levou às ruas em 2014, 2015, 2016 está absolutamente destruída por um Governo que sequestrou as pautas daqueles que foram às ruas contra o Governo Dilma, que sequestrou a pauta daqueles que foram às eleições em 2018 contra os desmandos e contra o maior escândalo de corrupção da história do nosso País, para combater os Governos petistas, que sequestrou todas essas agendas, como a liberal, por exemplo.

Que liberalismo sobrou neste Governo? Ele envia uma reforma administrativa que mexe na ponta com o policial, com o professor, com o médico e não mexe com o juiz, com o promotor, com a elite do funcionalismo público e ainda faz Deputados da base bolsonarista não assinarem emenda de minha autoria para incluir todas as classes por pura birra. Independentemente se aquilo é bom ou é ruim para o País, boicotam a emenda simplesmente porque não é de alguém ligado ao Governo. Na reforma tributária, o Ministro da Economia faz chantagem ao dizer que vai tributar lucros e dividendos, mas que só vai abaixar o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica na mesma proporção se o Presidente Bolsonaro for reeleito.

Espere aí! Que tipo de liberalismo é esse que cria empresa estatal em momento de crise, que aumenta o próprio salário em momento de crise, supersalários, transforma o teto de 39 mil reais em piso para si mesmo e para os militares?

Todas as pautas que nos levaram a ter esperança no nosso País em 2014, 2015, 2016 foram sequestradas e abandonadas, e os nossos

sonhos, destruídos, bem como a aspiração de termos finalmente uma voz de Direita, porque, depois do período de redemocratização, a Direita ficou maculada pelo período do golpe militar e da ditadura e se recuperava na redemocratização, combatendo os desmandos do PT. Essa Direita deveria agora mostrar como se faz um governo, como se dá liberdade ao cidadão para produzir e crescer e como ter um governo normal que saia do seu quintal.

Hoje, tudo que as pessoas querem é uma situação de normalidade, para parar de viver essa loucura, esse manicômio que estamos vivendo hoje - toda semana há uma crise nova, uma declaração nova, um escândalo novo. Isso faz com que as pessoas abandonem o nosso País, abandonem a esperança de continuar aqui trabalhando e lutando. Mas eu digo para todas essas pessoas que não percam as esperanças, não percam as esperanças porque nós somos a maioria. Nós que trabalhamos, estudamos, nos dedicamos, damos o nosso suor e o nosso sangue por este País somos a maioria. Nós que não queremos nem Lula nem Bolsonaro, que não queremos totalitarismo, não queremos autoritarismo nem de Esquerda nem de Direita, não queremos corrupção nem de Esquerda nem de Direita, somos a maioria neste País e por isso devemos conduzi-lo.

Não devemos nos incomodar com uma minoria de corruptos, com uma minoria de quadrilheiros, como uma minoria de criminosos que sequestrou este País em nome de interesses privados, seja de Esquerda, seja de Direita. Nós devemos conduzir esse processo histórico de mudança do nosso País. Abrir mão e desdar o braço a torcer para a vitória dessa minoria corrupta e dessa minoria corporativista é aceitar a derrota, é aceitar que eles venceram, é aceitar que os canalhas tiveram superioridade e supremacia sobre a população, a grande população que trabalha, que produz, que é honesta e que se dedica a este País. Não podemos aceitar essa derrota. Não podemos aceitar esse escárnio. Não podemos aceitar o palco desse circo que nos faz de palhaço.

Nós devemos tomar as rédeas do Governo deste País. Nós devemos conduzir o processo histórico de retomada do crescimento do nosso País e de retomada da esperança. Não são os canalhas que vão nos expulsar daqui. Nós é que vamos incomodá-los e expulsá-los.

Obrigado, Presidente.

Sumário

Contrariedade à votação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Distorções de dados do sistema previdenciário dos militares. Caráter injusto da reforma previdenciária.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Deputado Julio Cesar, fico feliz em vê-lo na Presidência da Mesa neste dia. Eu gostaria de chamar a atenção da sociedade brasileira para uma questão muito grave.

O Brasil está diante de uma pauta muito importante, que é a proposta de reforma administrativa, que veio do Governo Federal num momento de crise, num momento de pandemia, em que a população não pode se expressar da forma como podia no passado.

A Casa do Povo está fechada aos representantes dos sindicatos, da sociedade civil. Nós temos restrições para a realização de manifestações na Esplanada.

Então, nesse cenário, o Governo deseja realizar essa reforma administrativa nociva ao País.

Nós já temos um cenário de restrição, um cenário de calamidade na saúde. O Brasil já perdeu meio milhão de vidas, mais do que as perdas de todas as guerras das quais o Brasil participou em toda a sua história. Nós temos ainda um agravante, que é a falta de transparência do Governo Federal, para o qual eu quero chamar a atenção.

O TCU votou ontem uma auditoria sobre os dados inflados na previdência dos militares. Um acórdão que foi aprovado trouxe recomendações ao Ministério da Economia e ao Ministério da Defesa para a correção das distorções dos valores e das distorções de deficiência de divulgação de dados e controles, isso sobre a reforma previdenciária.

O debate ontem esquentou quando o Ministro Raimundo Carreiro mostrou que há uma confusão imensa na previdência dos militares e pediu ao Relator, Ministro Bruno Dantas, que, dali para a frente, os gastos dos militares e dos civis sejam calculados separadamente.

Eu quero lembrar uma matéria da revista *Veja* de 26 de março deste ano e também da *TV Globo* que tonaram pública uma auditoria de demonstrações financeiras dos Ministérios da Economia e da Defesa que verificou distorções bilionárias nas projeções do Regime Próprio de

Previdência Social e do Regime Geral de Previdência Social.

Em síntese, basicamente, subestimaram o déficit da previdência militar e superestimaram o déficit da previdência civil. E, com isso, nós votamos uma reforma previdenciária completamente injusta.

O mesmo risco temos agora com a reforma administrativa. Precisamos de clareza nos dados do Ministério da Economia, para que nós não erremos de novo.

Documento 29/39

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-10:24
Publ.: DCD - 25/06/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Tentativa do Presidente da República de desestruturação de políticas públicas e do Estado brasileiro. Militarização do Governo Jair Bolsonaro. Adesão do Presidente Arthur Lira à pauta imposta pelo Presidente da República.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, bom dia.

Quero cumprimentar todos os pares.

Sr. Presidente, a minha preocupação é relativa à PEC 32, a reforma administrativa. O Governo Bolsonaro elegeu os servidores públicos concursados como inimigos da Nação. Isso é muito grave. Se fizermos um comparativo com os Estados Unidos, país que é a maior referência de economia liberal capitalista, veremos que a proporcionalidade de servidores públicos, o percentual nominal, daquele país é maior do que a do Brasil.

Então, é feito um debate criminoso por parte do Presidente da República. Ele tenta desmontar o Estado, as políticas públicas. Temos que avançar, no entanto, como foi dito aqui hoje pelo Deputado Israel, infelizmente, esta Casa não aprofunda o debate.

Há, inclusive, colegas Deputados Federais que são generais do Exército. As Forças Armadas têm um orçamento que fica em torno de 150 bilhões de reais, acima do orçamento Ministério da Saúde. No

entanto, 82% disso são usados para pagar pessoal. E esses Deputados gerais não fazem esse debate, mas querem cortar direitos de civis.

Na realidade, o que Bolsonaro quer é fazer uma modificação para tirar a estabilidade. Ele também quer tirar a trava que existe para a indicação de militares.

Hoje, há 6 mil militares no serviço público federal, o maior quantitativo que já houve, maior, inclusive, do que o que havia no período da ditadura militar, de 1964 a 1985. Na realidade, temos um Governo militarizado.

Portanto, essa reforma administrativa é uma reforma criminosa contra o povo brasileiro. E é por isso que começa a haver reação.

O Presidente da Câmara Federal Arthur Lira, meu conterrâneo, está pautando essa reforma, pautou a privatização da ELETROBRAS, vai pautar a privatização dos Correios. Ele fica fazendo aliança com esse Presidente genocida. Diferente dele age o compositor e cantor alagoano Djavan, que é referência para o Brasil e para o mundo, cuja fala nós queremos destacar: "*Não defendo esse Governo e não voto nesse Governo*". Desse alagoano, o Djavan, nós temos orgulho, porque ele está no mesmo patamar de luta.

Documento 30/39

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-10:52
Publ.: DCD - 25/06/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconsistência da declaração da analista econômica Miriam Leitão, da TV Globo, a respeito da criação de cargos em comissão pela reforma administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu desejo falar a respeito da declaração da jornalista Miriam Leitão, do jornal *O Globo*. Ela fala uma mentira, uma inverdade, quando afirma, vergonhosa e absurdamente, que a reforma administrativa vai dar a possibilidade de o Presidente Bolsonaro, que nomeia hoje 6 mil cargos em comissão - e há que se dizer, primeiro, que não são 6 mil -, nomear 90 mil cargos.

Isso é um absurdo! Essa é uma inverdade! É mais uma mentira da jornalista Míriam Leitão, da Rede Globo. A reforma administrativa não tira nenhum direito dos servidores e vem para acabar com os privilégios no Brasil. A reforma administrativa é necessária, é fundamental!

Documento 31/39

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-10:52
Publ.: DCD - 25/06/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Anúncio de realização do evento Tributar os Super-Ricos, e da segunda Semana da Ciência e da Educação Pública Brasileira. Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, e de outros temas durante a semana da ciência e educação.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, na próxima semana vamos mobilizar o Brasil inteiro para um grande evento que vai se chamar *Tributar os Super-Ricos*, para enfrentar as sequelas e defender os direitos das vítimas da COVID-19.

Eu estou falando aqui de super-ricos. Esta semana, o próprio FMI disse que na América Latina os super-ricos não pagam imposto.

Os super-ricos são 0,3% da população brasileira. De 210 milhões de brasileiros, nós estamos falando em 600 mil brasileiros poderosos, super-ricos, que ficaram bilionários no período da pandemia.

Por isso, os super-ricos têm que contribuir, têm que pagar impostos neste País, para enfrentarmos a mazela do desemprego, da desigualdade social e as consequências da COVID, desta tragédia e deste genocídio humano patrocinado por Jair Bolsonaro.

E o segundo convite é para a segunda Semana da Ciência e da Educação Pública Brasileira, em que vamos discutir a COVID-19, os cortes orçamentários para as universidades e institutos, os 7 anos de descumprimento do PNE, a obra e atualidade de Paulo Freire, o sistema nacional de educação, a qualidade da educação não presencial. Também vamos discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a educação domiciliar e o futuro da educação básica brasileira, a democracia participativa e a Conferência

Nacional Popular de Educação. Então, é uma semana de estudo, de debate e de mobilização nacional em defesa da saúde, da educação e da ciência e contra o negacionismo, a imunidade de rebanho, a corrupção e os escândalos do Governo Bolsonaro.

Tributar os super-ricos, defender a saúde e a educação, ser contra a PEC 32, as privatizações, o desmonte da soberania nacional, é assim que nós vamos construindo a resistência e retomando a esperança de construirmos um outro Brasil. E um outro Brasil é possível, necessário e urgente.

Documento 32/39

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:04
Publ.: DCD - 25/06/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia de São João. Solidariedade às famílias atingidas pela Covid-19. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas contra a doença viral. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Inicialmente eu queria fazer uma saudação especial a todos os sanfoneiros, zabumbeiros, "triangueiros", trios pé de serra do Brasil inteiro, em especial do Nordeste, hoje, no dia de São João. Lamentamos profundamente que estamos sem condições de participar, de fazer a maior festa popular do Brasil e uma das maiores do planeta.

O nosso abraço e a nossa solidariedade a toda a população que sofre com a COVID-19 e ainda tem um Governo que nada fez e nada faz para vacinar a população e garantir a saúde pública.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar também que estamos vivendo um momento em que há um ataque frontal desde o processo de afastamento criminoso da Presidenta da Dilma, um ataque à nossa soberania nacional e aos direitos do povo trabalhador. Nós estamos agora debatendo a PEC 32/20. Essa proposta de emenda à Constituição do Executivo é para atacar os serviços públicos brasileiros, é para garantir que a população brasileira tenha que comprar os serviços, é para enfraquecer o SUS e a saúde pública, é

para enfraquecer e impedir a universalização da educação em nosso País. Ela é um ataque frontal aos servidores públicos de todas as esferas.

Portanto, nós vamos fazer uma luta, um permanente combate para que possamos inviabilizar esta votação, a aprovação dessa maldade contra o nosso povo brasileiro, porque isso não atingirá só os servidores, não, atingirá também toda a população brasileira que precisa dos serviços públicos.

Estamos em defesa dos servidores públicos, em defesa da saúde pública, da educação pública, em defesa do povo brasileiro, por isso somos contra a PEC 32!

Nós queremos que este pronunciamento seja registrado, Sr. Presidente, no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 33/39

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:20
Publ.: DCD - 25/06/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apreensão dos servidores públicos ante os desdobramentos da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Posicionamento da oradora contrário à aprovação propositura. Imediata abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, os servidores públicos de todos os Estados e dos três níveis de Governo estão em verdadeira polvorosa ao acompanhar, de forma distante e não participativa, os desdobramentos da tal reforma administrativa, que não significa outra coisa senão reduzir os custos do Estado, diminuir o seu papel, inclusive, no processo de prestação de serviço público à população. Ele está querendo se livrar das funções precípuas do Estado, exercidas em qualquer sociedade democrática do mundo.

Sr. Presidente, não são razoáveis essas reformas de um Governo

ilegítimo, do ponto de vista da falta de apoio popular. E fica cada vez mais claro que foi um desvio do processo democrático eleitoral a eleição desse homem sem projeto, sem história de luta e de vida a serviço do povo. No tempo em que esteve na Câmara dos Deputados, quase 30 anos, Sr. Presidente, não se registrou uma iniciativa, um projeto de lei, uma atitude que fosse digna de uma representante do povo. E, de repente, torna-se Chefe de Estado, governante de uma das maiores nações do mundo, com a complexidade deste País, com a dificuldade de superar os limites de desenvolvimento que países do terceiro mundo enfrentam ainda hoje.

Não vamos permitir que mais um crime se cometa contra os trabalhadores brasileiros, contra o povo brasileiro, em particular, os servidores públicos. O Estado não existe sem funcionários públicos profissionalizados, capacitados, vocacionados ao serviço público. E, de repente, vem esse governante, que provavelmente não ficará além de um mandato. Espera-se que antes do fim do mandato ele seja afastado do Governo.

Cabe a esta Casa, particularmente, ao Presidente da Casa, atender ao clamor dos brasileiros. Mais de uma centena de pedidos de *impeachment* continuam engavetados. E o Presidente alega que não há fatos objetivos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 34/39

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:00
Publ.: DCD - 30/06/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao povo brasileiro diante do alcance do patamar de 510 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Negligência do Governo Federal no enfrentamento à doença viral. Revelação, pela CPI da Covid, da existência de esquema de corrupção na compra da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde. Prática do crime de prevaricação pelo Presidente da República, diante da omissão sobre a denúncia apresentada pelo Deputado Luis Miranda. Necessidade de investigação do caso pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Tentativa de obstrução da Justiça pelo Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx

Lorenzoni. Apoio ao superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho, nesta tarde, dizer que continuamos solidários à população brasileira, que vem sofrendo muito, neste momento, infelizmente, com a forma como o Governo Federal vem tratando a pandemia - esse verdadeiro extermínio da população brasileira, com mais de 510 mil mortes -, com negligência em relação à vacina, com a forma desdenhosa como o Presidente da República tratou essa situação, com os tratamentos que não servem para nada.

Agora, descobriu-se, pela CPI da COVID, um grande esquema de corrupção. Tem gente ganhando dinheiro, fazendo um grande negócio com as vacinas. O Governo, que recusou a oferta de várias vacinas, achou um esquema pes ado, nesse caso da vacina indiana Covaxin. Isso foi comunicado pelo Deputado Luis Miranda e por seu irmão servidor público, Luis Ricardo Miranda, ao Presidente da República, que não tomou as providências cabíveis e ainda falou sobre o envolvimento do Líder do Governo nesse esquema criminoso.

Eu já dei entrada a duas PFCs relacionadas a esse caso e também à empresa Precisa. Nós precisamos investigar tanto no TCU como no Ministério Público. A Polícia Federal tem que entrar em campo.

Quero prestar minha solidariedade ao Deputado Luis Miranda, que teve coragem de denunciar isso na CPI.

Agora, convocamos o Ministro Onyx Lorenzoni, que na verdade está abusando do seu poder para tentar pressionar, inclusive, obstruir a Justiça.

Por isso, somos a favor do superpedido de *impeachment* que será feito na próxima quarta-feira. Vamos engrossar as manifestações no próximo sábado, 3 de julho.

Eu, como membro titular da Comissão da Reforma Administrativa, quero dizer que é importante destacar que, se o servidor Luis Ricardo Miranda não fosse um servidor estável, não haveria essa denúncia, porque ele cederia às pressões que foram feitas naquele momento, para que fosse pago, inclusive, antecipadamente um contrato reconhecidamente superfaturado.

Nós vamos para cima da reforma administrativa!

O Partido dos Trabalhadores já apresentou emendas, inclusive

retirando privilégios, acabando com os privilégios, como a aposentadoria compulsória de juízes, e vamos derrubar a reforma administrativa.

Peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 35/39

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:52
Publ.: DCD - 30/06/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência de ambiente político para discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Apelo ao DEM e ao MDB por não prosseguimento da apreciação da matéria. Denúncia do servidor do Ministério da Saúde, Ricardo Miranda, sobre o envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro em esquema de compra superfaturada da vacina indiana Covaxin. Suspeita da participação do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, em negociações ilícitas para aquisição de imunizantes.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, é muito bom vê-lo na Presidência.

Hoje trago um assunto muito sério. Quero me dirigir especialmente aos partidos que se consideram partidos de centro, que têm emprestado apoio ao Governo Bolsonaro.

Quero me dirigir a partidos muito sérios, como o MDB e o DEM, com os quais eu não concordo, mas para os quais eu quero fazer um apelo. O Governo do Presidente Bolsonaro não tem moral para levar adiante um debate sobre a administração pública neste momento. O Líder do Governo na Câmara dos Deputados sofreu uma acusação seriíssima. O Governo está sob suspeição, e, por isso, a reforma administrativa não pode seguir. Eu apelo para esses partidos de centro a fim de que reconheçam que este Governo não inspira a confiança necessária para debater o fim da estabilidade dos servidores públicos.

Na última semana, o servidor Ricardo Miranda, irmão de um dos Parlamentares da Câmara, apontou possíveis irregularidades na compra de uma vacina indiana, compra esta que pode ter sido o motivo

do atraso da compra de outras vacinas, que poderiam ter sido compradas antes, evitando-se a morte de milhares de brasileiros. A suspeita é que o Governo do Presidente Bolsonaro tenha atrasado a compra das vacinas para que tivesse tempo de negociar a Covaxin. Esta é a suspeita. Esta suspeita recai sobre o Líder do Governo. O próprio Presidente da República teria sido informado sobre isso.

Nós não temos clima, não temos ambiente político, não temos condições éticas e morais para discutir o fim da estabilidade dos servidores públicos neste momento, porque, em nenhum tipo de análise, o servidor Ricardo Miranda, que é técnico administrativo - não é um servidor -, em nenhum caso ele poderia ser considerado um servidor de carreira típica de Estado, em nenhum tipo de análise, mas ele só pôde fazer esta denúncia porque ele goza de estabilidade.

Estabilidade não é privilégio, mas uma garantia democrática que permitiu ao Delegado Alexandre Saraiva permanecer na Polícia Federal, uma garantia democrática que permitiu ao Delegado Franco Perazzoni permanecer na Polícia Federal.

A reforma administrativa não pode ser debatida neste momento. Nós precisamos, Presidente Eduardo Bismarck, que os partidos de centro coloquem a mão na consciência e interrompam este debate, porque nós não temos condições democráticas nem éticas para discutir reforma da administração pública sob a liderança do Governo Bolsonaro, que deseja um serviço público mais fraco no Brasil.

Obrigado.

Documento 36/39

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/06/2021-
	CD	18:24
Publ.: DCD - 30/06/2021 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apresentação pelo orador de emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, destinadas à extinção de supersalários no serviço público.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, enquanto a Consultoria termina o parecer das emendas, eu subo a esta tribuna hoje para anunciar que, finalmente, depois de 10 meses de trabalho, conseguimos coletar todas as

assinaturas necessárias para as emendas antiprivilégio da reforma administrativa.

Eu confesso, Presidente, que, quando apresentei inicialmente as emendas, não acreditava que fosse conseguir apoio, todas as 171 assinaturas necessárias para a apresentação.

De fato, causa descrença na população ver os privilégios se perpetuando, ver a elite do funcionalismo público.

O Deputado Delegado Pablo disse ali que assinou. Vários colegas ajudaram nessa luta. Foi uma luta árdua, difícil. Várias associações de juízes, associações nacionais, associações estaduais de juízes e de promotores pressionaram os Parlamentares para que não assinassem a emenda.

Ainda assim, depois de todo o apoio da população, conseguimos as 171 assinaturas necessárias para todas as emendas que nós apresentamos à reforma administrativa nesses 10 meses de trabalho que nós tivemos.

Eu gostaria aqui -- é claro que inevitavelmente vou cometer algumas injustiças - de agradecer a cada Deputado, aos principais Líderes que ajudaram nessa coleta de assinatura. Quero agradecer ao Líder Efraim, que garantiu o apoio integral da bancada do Democratas a essa emenda; ao Deputado Rogério Correia, do PT, que também nos apoiou, apesar de todas as divergências ideológicas e de todos os embates que eu tenho com o PT dentro do plenário, ainda assim foram capazes de ter a nobreza de colocar o ideal acima das nossas discussões, acima das nossas divergências e de assinar as emendas; ao Deputado Arthur Maia, que sempre deu apoio incondicional a essas emendas; ao Deputado Neucimar Fraga, que também foi fundamental na coleta dessas assinaturas na reta final; ao Deputado Darci de Matos, Relator na Comissão de Constituição e Justiça; ao Deputado André Figueiredo, que também, dentro do PDT, foi fundamental para que nós conseguíssemos assinaturas de Deputados da Esquerda, trabalhistas, para essas emendas.

Depois de toda a luta, depois de todo o esforço, depois de todo o desgaste, infelizmente tivemos que enfrentar uma campanha difamatória gigantesca e patrocinada, Sr. Presidente. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais chegou a patrocinar publicações em rede social para dizer que eu queria acabar com a estabilidade de funcionário público para pagar auxílio emergencial, como se uma coisa tivesse relação com a outra, como se as minhas emendas tratassem de estabilidade, como se a estabilidade fosse trazer alguma economia ou algum gasto novo para o Governo.



Com essa mentira deslavada, fez uma campanha mera e simplesmente para manter os privilégios da elite do funcionalismo público, que está concentrada principalmente aqui em Brasília, os funcionários federais, aqueles que transformaram o teto de gastos, transformaram o teto constitucional em piso de 39 mil reais de base, para depois adicionar os penduricalhos em médias salariais, que chegam, em Tribunais de Justiça, em Ministérios Públicos Estaduais, a 100 mil reais, 200 mil reais. Chegou ao gabinete caso de determinado desembargador que, no Tribunal de Justiça, em um único mês, levou um contracheque de 700 mil reais para casa, dinheiro do pagador de impostos, em plena crise, em plena pandemia.

E é justamente para o combate desses privilégios, é justamente para o combate dessas injustiças financiadas pelo trabalhador mais pobre, pelo trabalhador informal, pelo trabalhador que paga uma taxa pesada no consumo, que nós levamos em frente essa luta pelas emendas antiprivilégios.

Infelizmente, Presidente, também sofri ataques de alguns colegas Parlamentares, que diziam que não assinariam a emenda porque tinham uma desavença pessoal comigo, colocando uma birra, colocando uma intriga pessoal parlamentar acima das ideias. Parlamentares bolsonaristas, Parlamentares que diziam defender o interesse público, que diziam, em campanha, que combateriam os privilégios, que acabariam com a mamata. Mas, na hora de combater a mamata, de colocar assinatura na linha de frente para combater a elite do funcionalismo público no Judiciário, no Ministério Público, acovardaram-se, negaram-se a dar as suas assinaturas num dos momentos e numa das emendas mais importantes para o enfrentamento de privilégios. Deram a desculpa de que tinham coisa pessoal contra o proponente dessas assinaturas.

Eu tenho certeza de que tenho divergências muito maiores com petistas, com pedetistas que assinaram a emenda dos privilégios, apesar de todo o histórico de embates que nós tivemos, todo o histórico até de processos trocados, de embates ideológicos em plenário, de embates durante o processo de *impeachment*, de manifestações durante o *impeachment*, de discursos acalorados durante o *impeachment*. Tivemos embates homéricos, mas nada disso impediu que esses Parlamentares colocassem o ideal acima das divergências políticas, colocassem o combate aos privilégios acima de qualquer picuinha partidária ou política. Infelizmente, foi uma parte dos Deputados - uma parte.

Outra parte dos Deputados bolsonaristas, como o Delegado que aqui está, como a Deputada Caroline de Toni, assinaram a nossa emenda antiprivilégio. E vários outros Deputados não deixaram que atritos, oposições de Governo, oposições partidárias entrassem e

contaminassem a sua visão de país; não deixaram que a sua vaidade pessoal trouxesse um prejuízo para o interesse público; não deixaram que interesses privados, pequenezas, mesquinhas e interesses privados entrassem em confronto com o interesse público.

Por isso, Presidente, eu agradeço o apoio de cada pessoa que ajudou a perguntar, a pedir, a apelar, a explicar para os Parlamentares as emendas antiprivilégio, essa conquista que não é minha, e sim da sociedade brasileira, de todos os brasileiros que estiveram, durante esses 10 meses, lutando para que elas fossem aprovadas.

O Governo Bolsonaro não teve coragem de incluir o Ministério Público, não teve coragem de incluir o Parlamento, não teve coragem de incluir o Judiciário. Nós tivemos, com o apoio da sociedade brasileira. Essa vitória é de todos aqueles que cobraram, que estiveram durante todos esses meses lutando e se sacrificando para que isso se tornasse realidade.

Obrigado, Presidente.

Documento 37/39

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	30/06/2021-20:08
Publ.: DCD - 01/07/2021	CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS - AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio ao discurso da Esquerda de comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas, no tocante ao enfrentamento à epidemia de coronavírus. Consternação com o registro de 500 mil óbitos no País provocados pela doença viral. Desativação de 13 mil leitos de UTIs pelo Governo Dilma Rousseff. Sucateamento do Sistema Único de Saúde - SUS pelo governo petista. Desvio, pelo PT, de recursos públicos para regimes ditatoriais, a exemplo da Venezuela e Cuba. Aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Presidente Jair Bolsonaro. Retomada do crescimento econômico brasileiro. Tentativa de impeachment do Presidente da República. Tentativa, por ex-militante do PSOL, de assassinato do então presidente Jair Bolsonaro. Importância do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal aos atingidos pela crise gerada pelo coronavírus. Criação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE. Importância de realização da reforma previdenciária e da anunciada reforma administrativa. Investigação de denúncias de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro.



O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Eduardo Bismarck.

A todo o momento hoje a Esquerda desafiou alguém do Governo a vir defendê-lo da tribuna. Com muita alegria - e vou até tirar a máscara -, com muita tranquilidade, faço essa defesa. Não precisaria, porque tudo está muito claro. Graças à Internet, a comunicação ficou mais fácil. Não dá para enganar a população.

Chamam o Presidente de "genocida". As pessoas que chamam o Presidente de "genocida" são aquelas que idolatram um genocida como Stalin, que matou 1 milhão de pessoas quando esteve à frente da União Soviética - um milhão de pessoas. Ele é idolatrado, é o grande ídolo da Esquerda brasileira. E chamam o Presidente Bolsonaro de "genocida".

Nós lamentamos as mais de 500 mil mortes no nosso País - perdi vários amigos policiais, que estavam na linha de frente contra a COVID -, mas quem causou esse estrago foi o vírus. Se for para achar um culpado, será preciso lembrar que, no Governo Dilma, foram fechados mais de 13 mil leitos no SUS. Foram 40 mil, se juntarmos com os fechados pelo PT, mas só no Governo Dilma foram 13 mil leitos fechados. Lá no Amazonas, no interior do meu Estado, não havia 1 leito de UTI. Quando chegou a pandemia, o nosso SUS não estava preparado.

Então, se formos procurar culpados, veremos que o maior culpado é o vírus e também quem deixou o SUS sucateado, para levar recursos do nosso País para a Venezuela, para Cuba, para ditadores. Falam tanto em genocida porque isso está na sua boca, porque gostam de genocidas, idolatram genocidas.

O Presidente fez o seu papel. Nós somos o terceiro país do mundo que mais vacina - o terceiro país. O PIB, no primeiro trimestre, ficou em 1,2%. Foi uma das economias que mais cresceram no mundo. A tendência, no fim do ano, é de 5%. O País está retomando o crescimento. A vacina está chegando ao braço do brasileiro. Não vai haver terceira onda. Fizemos e ainda estamos fazendo, porque a guerra não acabou. Estamos trabalhando, enquanto a Esquerda grita "*genocida, genocida!*".

Hoje trouxeram o pedido de *impeachment* do Presidente Bolsonaro, um superpedido de *impeachment*. Tentaram, Presidente Eduardo Bismarck, tirar o nosso Presidente através de uma facada. Um ex-militante do PSOL tentou matar o nosso Presidente à facada, para que ele não assumisse o comando do nosso País, mas Deus quis que ele estivesse à frente. Neste momento mais difícil da nossa Nação, Deus

quis que o Presidente estivesse à frente. Tentaram tirá-lo através de uma facada e hoje tentam através de um *impeachment* que não tem legitimidade nenhuma, pois os números são claros. O Brasil é o País que mais vacina, é o País que cresce, é o País que não deixou os mais necessitados para trás, com o auxílio emergencial. Foram bilhões injetados, para o auxílio chegar a quem mais precisa. Nós melhoramos as nossas empresas - e o Congresso Nacional tem um grande papel nisso -, nós melhoramos o ambiente de negócios, nós fizemos o PRONAMPE, nós fizemos a reforma da Previdência, nós vamos fazer a reforma administrativa, nós vamos organizar, sim, o nosso País, para que o País continue crescendo.

Falaram aqui em Estado forte, em Estado pesado. Onde o PT governou deixou terra arrasada. Gostam tanto de servidores públicos - e eu os admiro, e sempre fui servidor público -, mas, quando não fazem o equilíbrio das contas... Servidores de Estados que o PT comandou tiveram o salário parcelado. Eu dou exemplo: Rio Grande do Sul, Minas Gerais - terra arrasada.

Nós não podemos voltar atrás. Lamentamos passar por este momento tão difícil, por esta pandemia, desse vírus que nos tirou pessoas que amamos, mas vamos fortalecer, sim, o SUS, coisa que o Governo do PT não fez. Nós vamos fortalecê-lo, sim.

Sobre a corrupção, o Presidente não teme. Há um ditado militar que diz: "*Quem for podre que se arrebente*". Vamos investigar tudo. Diferentemente de Governos anteriores, que colocavam a sujeira debaixo do tapete, nós vamos investigar. "*Quem for podre que se arrebente*". Não vamos aceitar corrupção no Governo Bolsonaro.

Obrigado, Presidente.

Documento 38/39

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:36
Publ.: DCD - 01/07/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Omissão do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, no pronunciamento à Nação a respeito das crises hídrica e energética, sobre o reajuste nas tarifas de energia elétrica; os efeitos da privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS; os elevados preços de combustíveis, do gás de cozinha e de outros derivados de petróleo e a venda de refinarias de petróleo. Repúdio à proposta governamental de reforma

administrativa.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, Deputado do meu partido, tenho muita alegria em vê-lo na Presidência da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) - Anteontem, Sr. Presidente, o Ministro de Minas e Energia, o Almirante Bento Albuquerque, ocupou cadeia de rádio e televisão para alertar a população brasileira sobre a crise hídrica e a crise energética que há no País. E cuidou S.Exa. de pedir, de fazer um apelo à população no que tange ao consumo desses insumos.

Deveria o Ministro também ter falado do aumento da conta de energia. Usou o seu tempo para se apresentar como grande coordenador do controle da situação energética e da água no nosso País, mas não assumiu a responsabilidade de falar sobre a conta de luz, que vai penalizar muito a população e setores empresariais da indústria e do comércio. Poderia ter mencionado isso.

Quando fez referência à dimensão da geração de energia hídrica no Brasil, das redes de transmissão, poderia ter-se manifestado contra a privatização da ELETROBRAS, porque as termoelétricas que temos no Brasil são quase todas privadas, onerando o custo da energia. Mas ele falou sobre isso.

E, como ele é Ministro de Minas e Energia, poderia ter falado também no preço da gasolina, do *diesel*, do gás de cozinha. Não falou. Poderia ter dito que o preço dos derivados de petróleo, vinculado ao preço internacional, decorre do fato de o Brasil se submeter a interesses outros que não os interesses nacionais. O Brasil importa derivados de petróleo, especialmente dos Estados Unidos, com preço alto de frete, para atender a quem? Poderia ter falado sobre isso e se posicionado contra, por exemplo, a privatização das refinarias e assumido um compromisso de que o Governo reverteria a venda da Refinaria Landulpho Alves. Mas não!

O Governo Bolsonaro capitula em relação a interesses outros, a interesses das multinacionais e do grande capital financeiro, que age sob a liderança do Ministro Paulo Guedes.

O Ministro Bento Albuquerque poderia ter dito que o corte na energia poderá causar problemas também à própria rede de saúde, em plena pandemia.

Sr. Presidente, eu concluo, agradecendo a V.Exa. e dizendo que vamos resistir às privatizações e vamos resistir também a essa maldita reforma administrativa, que culmina por aniquilar também o serviço público.

Fora, Bolsonaro!

Documento 39/39

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-15:08
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prioridade da Casa nas ações de combate à epidemia de coronavírus e seus efeitos. Inconstitucionalidade da proposta de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, segundo declaração do Procurador-Geral da República, Augusto Aras. Contrariedade ao discurso em defesa do Estado mínimo. Denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Necessidade de investigação, pela Casa, de denúncias de irregularidades na aquisição de imunizantes pelo Governo Federal. Posicionamento contrário à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria ressaltar algo que está muito presente no dia a dia da nossa Casa, que infelizmente se comporta, sobretudo do começo deste ano para cá, como se não estivéssemos vivendo uma guerra da dimensão da que estamos a viver com relação à pandemia que aí está. Alguma coisa foi tratada aqui sobre pandemia, alguma coisa, mas é bom lembrar que ficou muito distante do que fizemos no ano passado. Aprovamos, no ano passado, medidas importantes, como a do auxílio emergencial de 600 reais, que o Governo queria que fosse de 200 reais por apenas 3 meses, a do PRONAMPE e outras medidas que garantiram a manutenção dos empregos, que deram um importante suporte para a sociedade, para a cultura e para outros setores.

Do que foi previsto no ano passado para este ano, apenas 14% devem ser executados no que diz respeito, por exemplo, ao auxílio emergencial.

Isso é uma tragédia! Isso é uma tragédia, Sr. Presidente. E qual tem sido aqui a pauta principal? Diminuição do Estado, enfraquecimento do

Estado, fragilização do Estado.

Ontem, a Procuradoria-Geral da República, através do Procurador Augusto Aras, disse que a questão dos Correios é matéria constitucional. Vão ter que mudar a Constituição. Vão ter que ir na contramão desta entrega que estão fazendo, a entrega do Estado brasileiro. E ainda há quem defenda que isso é liberalismo. Não é. Não existe nenhum país do mundo que esteja bem se o Estado é frágil, se o Estado está entregue, que é o que estão querendo no Brasil! Não existe! A Inglaterra está montando bancos estatais para fazer fomento. Os Estados Unidos botaram 4 trilhões num pacote econômico agora. A Alemanha está reestatizando vários serviços. Sr. Presidente, não conheço nenhum país forte que não tenha Estado eficiente.

Aqui, parece que há uma frente de Deputados - inclusive se dizem modernos - que querem enfraquecer o Estado, torná-lo mínimo. Todo o tempo dizem que Estado é o que está aí. Estado não é esse que está aí.

Espero que esta Casa se atenha às situações decorrentes da pandemia. Mais de 515 mil brasileiros já morreram. E agora estamos assistindo a essa corrupção absurda. Está na hora de pensarmos em fazer nesta Casa o que ela não tem coragem de fazer, que é, Sr. Presidente, trazer para cá, trazer para o nosso colo o enfrentamento desse tema das vacinas, já que o Senado está lá titubeando. O Governo está temendo alguma coisa? Eles não são os grandes baluartes da honestidade, da probidade?

Está na hora de esta Casa discutir, sim, o tema das vacinas e pautar a questão da pandemia como prioridade! Devemos dar à sociedade as respostas que ela merece, e não fragilizar mais o Estado brasileiro, e não fazer aqui uma reforma administrativa, como querem, a toque de caixa, tornando ainda mais frágil o nosso Brasil.
